

REGIÕES DE FRONTEIRA E FLUXOS MIGRATÓRIOS: O CASO DO PARANÁ

Nelson Ari Cardoso¹

Rosa Moura²

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo tem como objetivo identificar algumas das particularidades das regiões de fronteira do Brasil e avaliar alguns dos impactos sobre estas regiões, decorrentes do processo de integração, no âmbito do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Desse modo, busca contribuir com a formulação de políticas públicas voltadas à integração e à articulação desses espaços, bem como tecer considerações sobre as políticas públicas a eles direcionadas, identificando, ainda, oportunidades de aperfeiçoamento.

O trabalho explora resultados de estudos sobre regiões de fronteira do Brasil, com o Uruguai, a Argentina e o Paraguai; de entrevistas realizadas com agentes relevantes na formulação de políticas para a fronteira; e da tabulação de informações sobre migrações internacionais e deslocamentos pendulares trazidas pelo Censo 2010, identificando e analisando, nesse último caso, os diferentes fluxos migratórios na fronteira brasileira, bem como as características dos movimentos pendulares para trabalho e estudo nesse espaço.

Como metodologia, foi explorada a bibliografia existente sobre o tema, iniciando-se pelo Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), bem como os seus desdobramentos. Analisaram-se autores de estudos gerais ou pontuais sobre as fronteiras, extraindo-se de seu conteúdo definições de conceitos e noções. Paralelamente, foram analisadas as bases de dados referentes à migração internacional e ao trabalho. Adicionalmente, por se tratar de espaços urbanos, agregou-se a base de dados dos deslocamentos pendulares. Tomando como caso as aglomerações transfronteiriças do estado do Paraná, foram identificados, ainda, alguns dos principais agentes atuantes nessa temática, realizando-se entrevistas com

1. Sociólogo; pesquisador do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

2. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea; e pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia/Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (INCT/CNPq).

estes, a fim de analisar com mais profundidade as fronteiras desse estado com o Paraguai e a Argentina.

2 CONCEITOS E NOÇÕES BÁSICAS

2.1 Fronteira

A fronteira estabelece uma relação entre estados nacionais, separados por limites físicos ou abstratos, e as conexões cotidianas de convivência, decorrentes da expansão do povoamento e da dinâmica econômica. É uma linha material ou imaginária, historicamente institucionalizada, que, contudo, esmaece-se diante dos movimentos de produção/construção real do espaço. Embora, em muitos casos, sejam ostensivamente cercadas pelos mais diversos aparatos de controle, as fronteiras e limites refletem e propiciam interdependências e dinâmicas inter-relacionais que extrapolam a formalidade, em ações capazes de suplantar, de forma legal ou não, as barreiras de sua existência.

Nas situações de conflito, podem significar portas às populações que “caminham na direção do futuro”,³ sendo, ao mesmo tempo, libertação e constrangimento, condição de sobrevivência ou apenas miragem, e sua transposição, a vida ou a morte. Nas demais situações, são a extensão do poder e da posse (Fuentes, 1995).

O conceito de fronteira ou limite, segundo Posse (1991, *apud* Koch, 1996, p. 304),⁴ pode ser considerado como “(...) a linha que marca o fim do alcance territorial de um sistema e o princípio de outro”.⁵ A área de fronteira pode, ainda, ser entendida por “uma área de interação, dado que em geral as influências recíprocas determinam especialidades de comportamento dessa área em relação com o restante dos países”.⁶

Conforme Machado (1998), a palavra fronteira implica, historicamente (etimologicamente), “aquilo que está na frente”. Essa origem mostra um uso associado não a um conceito legal, político ou acadêmico, mas a um fenômeno espontâneo da vida social, indicando a margem do mundo habitado. Com o desenvolvimento dos padrões de civilização para além do nível de subsistência, as fronteiras tornaram-se lugares de comunicação e, por conseguinte, adquiriram um caráter político. Apesar disso, não tinham a conotação de limite: “na realidade, o sentido de fronteira era não de fim, mas do começo do Estado, o lugar para onde ele tendia a se expandir” (Machado, 1998, p. 2).

3. Entrevista de Sebastião Salgado, no programa Roda Viva, da TV Cultura, em 17 de abril de 2000.

4. Koch, M. R. Fronteira, integração e poder local: comentários a partir de uma experiência no âmbito do Mercosul, *Indicadores Econômicos FEE*, v. 24, n. 3, dez. 1996.

5. “(...) la línea que marca el fin del alcance territorial de un sistema y el principio de otro”.

6. “Un área de interíase, dado que en general las influencias recíprocas determinan especialidades de comportamiento de dicha área en relación con el resto de los países”.

Diferentemente, a ideia de limite significa “o fim daquilo que mantém coesa uma unidade político-territorial” (Machado, 1998, p. 2). Essa conotação política foi reforçada pelo moderno conceito de Estado, em que a soberania corresponde a um processo absoluto de delimitação territorial, legitimando o uso da força física, as normas, a moeda, os impostos, a existência de uma língua nacional, entre outros elementos constitutivos do Estado, “correspondendo ao território cujo controle efetivo é exercido pelo governo central (o estado territorial)” (*idem, ibidem*).

Assim, a *fronteira* está orientada “para fora”, podendo ser um fator de integração, por constituir-se de uma zona de interpenetração. Os *limites*, por sua vez, estão orientados “para dentro”. Dessa forma, enquanto a fronteira pode desenvolver interesses distintos aos do governo central, o limite jurídico do Estado é criado e demarcado por ele como um polígono abstrato, que funciona como “fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais” (*op. cit.*, p. 3).

Dessa forma, os limites e o controle fronteiriço são acionados segundo conjunturas. Machado (1998, p. 1), buscando diferenciar *limite* de *fronteira*, argumenta que:

enquanto o limite jurídico do território é uma abstração, gerada e sustentada pela ação institucional no sentido de controle efetivo do estado territorial, portanto, um instrumento de separação entre unidades políticas soberanas, a fronteira é lugar de comunicação e troca.

A inflexibilidade e rigidez dos limites territoriais a serem respeitados pelos povos da nação ou por aqueles que a ela se dirigem vivenciam, porém, relações de troca essenciais a sua existência. Pautada no intercâmbio de pessoas e mercadorias, a fronteira, cuja transposição deveria obedecer às exigências impostas por mecanismos de controle formal do limite territorial, proporciona a expansão dos povos para além do limite jurídico do Estado, desafiando, assim, a lei territorial. Às vezes, surgem situações potencialmente conflituosas, levando à revisão dos acordos diplomáticos; outras vezes, com mais flexibilidade, surgem zonas de nacionalidade híbrida, cabendo lembrar expressões cunhadas pelo senso comum, como “brasiguaios” e “portunhol”, nas fronteiras brasileiras com países de língua espanhola, ou o “tex-mex”, na fronteira mexicana com o Texas.

Machado (1998) chama a atenção para o desafio ao conceito de lei territorial, representado pela situação de fluidez e imprevisibilidade nas faixas de fronteira, onde a fragilidade da lei e o baixo grau de respeito a ela desafiam os limites de cada Estado. Esse processo de diluição dos limites nacionais se deve à multiplicação de redes transfronteiriças e à competição entre diferentes sistemas de normas, induzidas pelos próprios Estados e por grandes organizações, legais e ilegais.

Frente a essa instabilidade, a circulação informal, organizada em torno de relações de parentesco, amizade, e mesmo etnicidade, é reforçada em detrimento da circulação regulada pela lei. Nesse contexto, os nichos de corrupção se multiplicam, envolvendo desde o tradicional bastião da corrupção que é a burocracia das aduanas, grupos sociais com negócios na faixa de fronteira, até organizações sediadas fora da faixa, mas que se aproveitam, de forma permanente ou intermitente, das oportunidades de lucrar com os diferenciais de legislação, de moeda ou de risco (Machado, 1998, p. 5).

Esses movimentos e apropriações dos espaços fronteiriços reforçam a histórica e permanente preocupação dos Estados nacionais no sentido do controle, do vínculo e do estímulo à coincidência entre os significados de limite e fronteira, atribuindo-lhes sinonímia. Em um cenário de mudanças rápidas e de difícil assimilação, emerge a sensação nostálgica de um país como um “sistema fechado”, protegido por seus próprios limites. Nesses casos, a permeabilidade presente nas fronteiras passa a ser entendida como algo nocivo, ameaçador à integridade da nação; uma metáfora na qual a porosidade das fronteiras resume tudo o que de negativo se identifica em um país (Machado, 1998).

No caso brasileiro, as ações do Estado, valendo-se do seu aparato de polícia, fazem-se menos no sentido da garantia ou afirmação da identidade nacional do que na defesa de segmentos do capital presentes no país, bem como dos anseios de uma maior arrecadação fiscal, calcada em uma imagem de eficácia do poder público. Entre a porosidade e o limite, a autora conclui que há uma simbiose que se manifesta na manipulação e na ambiguidade do estatuto de legalidade/ilegalidade das transações, seja por meio dos Estados seja por parte dos circuitos do capital/comércio ou dos indivíduos.

Para Rochefort (2002, p. 4, tradução nossa), o termo fronteira significa, usualmente, separação, demarcação e até obstáculo; poucas vezes significa encontro, reunião, enriquecimento mútuo ou amizade: “o termo fronteira se refere à existência de limites, bordas ou confins, porém o ser destas bordas fronteiriças desenha também, além de separação ou delimitação total, a aparição de identidades culturais tanto dissímiles quanto recorrentes.”⁷ Assim, fronteira significa redes de inter-relação – e não só de separação e isolamento. Analisando a fronteira Estados Unidos-México, a autora mostra que há uma analogia entre o muro de Berlim e os aparatos de controle existentes nessa fronteira. Também aponta a distinção entre as expressões empregadas no norte e no sul dos Estados Unidos: enquanto as cidades dos limites

7. “El término frontera se refiere a la existencia de límites, bordes o confines, pero el ser de estos bordes fronterizos dibuja también, además de separación o delimitación total, la aparición de identidades culturales tanto disímiles cuanto recurrentes”.

com o México são chamadas “cidades fronteiriças”, as dos limites com o Canadá são tidas como “território-limítrofe”:

o caso da fronteira entre México e Estados Unidos representa mais que o limite entre estes dois países. É a mais tangível mostra da separação e a oposição de interesses entre o mundo ocidental e a cultura latino-americana, com suas respectivas formações sociais e distintos níveis de desenvolvimento (Rocheftort, 2002, p. 10, tradução nossa).⁸

É uma linha física que tenta frear o incessante fluxo migratório para os Estados Unidos, no qual, cotidianamente, repetem-se atos de repressão, o risco de morte e os tratos inumanos: “Além de sua imposição generalizada, o muro da fronteira norte do México representa a acumulação de violência, frustração, lutas fraticidas e medos do ‘outro’”⁹ (Rocheftort, 2002, p. 18-19, tradução nossa). Baseada em Foucher (1988, p. 136, tradução nossa), a autora anota que “assistimos na realidade a formação de uma ‘América anglo-latina’, que provém de uma interseção tão dinâmica quanto crítica”.¹⁰ Estes são os casos da mexamerica, do spanglish, das comidas tex-mex etc. Não há, assim, renúncia da cultura de origem nos latinos, embora haja no caso de migrantes europeus. Ela finaliza observando que a fronteira tem possibilidade dual, externa e interna; mas há uma decisão individual na maneira de concebê-la e tratá-la. Além da fronteira externa que separa países, há a fronteira interna dos indivíduos, que os condiciona a perceber, temer e sentir a separação entre coisas presumidamente diferentes.

A fronteira pode ser vista como um corte, o limite de um sistema, impedindo o desenvolvimento e as relações harmônicas, como se bloqueasse a difusão dos efeitos de impulsão do desenvolvimento para além dos seus limites. Contudo, “essa concepção gera um certo número de problemas. De um lado, a fronteira não é simplesmente um corte, ela é também costura. Na verdade, ela pode cumprir, ao mesmo tempo, esses dois papéis” (Courlet, 1988). Resgatando a expressão de Raffestin (1986), “a fronteira age à maneira de um comutador que se acende ou se apaga, permite ou proíbe” (Courlet, 1996, p. 2).

Para Courlet (1996), vista sob uma perspectiva global, a fronteira não seria um obstáculo a um ajustamento otimizador das atividades econômicas, em razão de seu papel para a expansão do capitalismo. Mais ainda, poderia ser um instrumento para administrar situações interativas, com fundamental importância na gestão em nível local: “esse jogo interativo pode dizer respeito a mais de dois espaços. A fronteira

8. “El caso de la frontera entre México y Estados Unidos representa más que el límite entre estos dos países. Es la más tangible muestra de la separación y la oposición de intereses entre el mundo occidental y la cultura latinoamericana, con sus respectivas formaciones sociales y distintos niveles de desarrollo”.

9. “Más allá de su imposición generalizada, el muro de la frontera norte de México representa la acumulación de violencia, frustración, luchas fraticidas y miedos al ‘otro’”.

10. “Asistimos en realidad la formación de una ‘América anglo-latina’, que proviene de una intersección tan dinámica cuanto crítica”.

representando, na realidade, uma zona de contato, um local de concorrência e de complementaridades” (Courlet e Laganier, 1984, p. 5).

Dessa forma, mesmo sob a forte retórica que enfatiza a dessignificação das fronteiras, deve-se reiterar a percepção de Oliveira (2010, p. 241), ao assumir que “enquanto houver Estado-Nação, haverá fronteiras”. E, citando Raffestin (2005), a eliminação das fronteiras nada mais é que um mito que necessita ser rebatido, pois cada “vez mais a fronteira se faz presente, seja no sentido de barrar, fechar, restringir, seja na lógica mais atual do abrir, integrar, expandir”. A importância da fronteira como objeto de estudo decorre não apenas do viés político, mas da perspectiva de que venha se constituir como uma região de interações privilegiadas que não reconhece as relações entre seus povos (Ferrari, 2012).

2.2 Território

A compreensão de território adotada neste trabalho busca romper com a visão tradicional que o reduz exclusivamente à sua dimensão jurídico-administrativa, de áreas geográficas delimitadas e sob domínio do Estado. Ele passa a ser entendido como produto de processos de controle, dominação e/ou apropriação do espaço físico por agentes estatais e não estatais.

Os processos de controle (jurídico/político/administrativo), dominação (econômico-social) e apropriação (cultural-simbólica) do espaço geográfico nem sempre são coincidentes em seus limites espaciais e propósitos. Ademais, a territorialização desses processos se dá tanto “de cima para baixo” (a partir da ação do Estado ou das grandes empresas, por exemplo) quanto “de baixo para cima” (através das práticas e significações do espaço efetivamente vivido e representado pelas comunidades). É, portanto, o processo de territorialização como acima concebido, ou seja, filtrado pelos agentes sociais, que acaba por delinear o território por uso e posse, e não somente por determinação jurídico-administrativa (Brasil, 2005, p. 17).

Para Santos (1994, p. 15), território são formas, usos, objetos e ações. Como sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele um objeto de análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida.

O território deve ser entendido não apenas como limite político-administrativo mas como espaço efetivamente usado pela sociedade e pelas empresas, constituindo-se num espaço de poder (Santos, 2000). Assim, o território adquire um papel fundamental na formação social.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o

chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (*op. cit.*, p. 96).

Particularmente neste estágio do capitalismo, no qual as relações são tidas como “sem fronteiras”, seguindo o raciocínio de Santos (1994), o território exerce um papel ativo, dando suporte às ações racionalizadas que emergem a partir das novas técnicas: como não há instrumentos globais de regulação a essas ações, cabe às esferas de poder dos Estados nacionais essa competência – no caso brasileiro, repartida entre União, estados e municípios. O território se torna um dado dessa harmonia forçada entre lugares e agentes instalados. Na guerra dos lugares, o território é, ao mesmo tempo, um sujeito e um atributo.

Nesse sentido, Souza (2001) toma o território como sinônimo de espaço social, “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (*op. cit.*, p. 78), “espacialmente delimitadas e operando sobre um substrato referencial” (*op. cit.*, p. 99). Mais que um substrato ou o espaço social em si, o território é “um campo de forças” (*op. cit.*, p. 97). Sua gênese traz embutida a questão: “quem domina ou influencia nesse espaço, e como?” (*op. cit.*, p. 79).

Para Haesbaert (2004), os territórios são espaços concretos e/ou simbolicamente dominados/apropriados de um caráter particular, especial, cuja significação extrapola em muito seus limites físicos e sua utilização material. Aplicado a práticas sociais urbanas, o conceito de território passou a exigir uma flexibilidade de entendimento. Como espaço de poder que delimita os raios da ação de movimentos sociais e grupos organizados, o território pode ser tanto contínuo como descontínuo, articulando-se, nesse caso, ao conceito de rede. Oliveira (2010, p. 245) avalia que:

o território fronteiriço sustenta a atuação de duas ordens claramente definidas: uma global, plenamente regida pela conexão dos organismos internacionais ou nacionais externos ao local; são as grandes corporações transnacionais que determinam a cadência dos fluxos, que desconcertam as intenções locais e induzem uma homogeneização do território; porém, por outro lado, existe uma outra face local, não antagônica à global, mas mais interna, marcada pela organização, atuação e dinâmica dos atores, geralmente territorializados, cujo movimento permite fixar dessemelhanças, desordem e descontinuidades aos intentos da ordem global.

2.3 Cidadania, identidade e povos da fronteira

A questão que se coloca nesta temática é se a convivência entre povos, culturas e religiões cria uma nova cultura, uma possibilidade de cidadania transfronteiriça, ou se simplesmente aproxima diferenças, compondo um mosaico diverso, ao qual se sobrepõe uma camada à parte, que não é o resultado das interações, mas mescla

traços de toda a diversidade presente. Sem fazer parte do mosaico, apenas decorre das relações estabelecidas na busca de alternativas de superação dos entraves para a sobrevivência presente.

A noção de identidade territorial está associada à noção de espaço de referência identitária. A de identidade regional está associada aos conceitos de região, regionalismo e regionalidade. E as identidades múltiplas estão associadas à noção de multiterritorialidade.

Por mais que, no senso comum, se tenha uma concepção muito clara e bem definida de identidade, como se ela pudesse até mesmo ser considerada “natural” a um determinado grupo, devemos partir sempre do pressuposto de que a identidade cultural é uma construção social-histórica – e, no nosso caso, também, geográfica. Centralizada sobre a dimensão simbólica da realidade, ela está sempre aberta a novas formulações e, para retomar o termo de Hobsbawm e Ranger, é possível de ser sempre “reinventada” (Brasil, 2005, p. 34).

Sobre essa questão de uma identidade própria da região das fronteiras, Oliveira (2010) afirma:

com o movimento espacial dado pelo frenesi de uma circulação de mercadorias sem precedentes, que afeta a personalidade das empresas, dos interesses e, como efeito, do território, impõe a estas localidades uma tarefa assaz intrincada e de aparência paradoxal: construir uma identidade sobre uma lógica mais apátrida possível, sem macular seus conceitos de sobrevivência e o sentido social da convivência (...) (*op. cit.*, p. 253).

Em todo sentido, é possível constatar que estas fronteiras têm proporcionado ações compartilhadas entre brasileiros, bolivianos e paraguaios: incentivado a utilização de mão de obra em ambos os lados, intensificado a prestação de serviços, aumento da arrecadação municipal (fato constatado em todas as prefeituras, alcaldias e intendências); incentivo à criação de centros universitários de graduação e pós-graduação, dilatando, ainda mais, o raio de atuação regional das cidades, tanto para dentro do Brasil como para dentro do Paraguai e da Bolívia; além de tudo, têm forçado a aproximação entre as administrações municipais, com intuito de solucionar problemas que afetam ambas as cidades, possibilitando expandir, desta feita, a integração formal (*op. cit.*, p. 254).

A agenda da atuação na fronteira tem como linhas condutoras o desenvolvimento econômico regional e a promoção da cidadania dos povos da fronteira. São muitas as características desses povos. A título de exemplo, e pelo fato de guardarem completa relação com a fronteira paranaense, vale destacar a caracterização dos brasiguaios na reflexão de Sprandel (2006, p. 137).

Um exercício de pesquisa em notícias de jornais e revistas semanais brasileiros, nos últimos vinte anos, mostra a tediosa repetição de uma mesma narrativa: os “brasiguaios” são apresentados como um grupo social formado por centenas de milhares de camponeses brasileiros (as estimativas mais razoáveis variam de trezentas a quinhentas mil pessoas), que se transferiram para a fronteira leste do Paraguai na

década de 1970, expulsos pela monocultura da soja e pela construção de Itaipu, num contexto de disputas geopolíticas, e que no Paraguai (apesar de “terem levado o progresso econômico ao campo”) enfrentam sérios problemas de documentação, titulação de terras e conflitos com o movimento camponês paraguaio. Essa mesma representação aparece nas audiências públicas realizadas na Assembleia Legislativa do estado do Paraná ou no Congresso Nacional, nos inúmeros seminários realizados por instâncias de governo dos dois países para tratar do assunto e nos discursos de políticos e diplomatas.

Se invertermos o olhar e pesquisarmos em jornais e revistas paraguaios, como bem demonstra Albuquerque (2005), teremos uma outra visão, também homogeneizadora, dos brasileiros que vivem no Paraguai: empresários ricos, imperialistas, atraídos pelos baixos preços das terras e pela abolição da proibição de compra de terras por estrangeiros (promovida por Stroessner, em 1967), introdutores da monocultura da soja, responsáveis pela expansão da soja transgênica no país, expulsos de camponeses sem terra e índios e devastadores das florestas e do meio ambiente.

2.4 Faixa de fronteira, linha de fronteira e zona de fronteira

Enquanto a faixa de fronteira constitui uma expressão *de jure*, associada aos limites territoriais do poder do Estado, o conceito de zona de fronteira aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a das cidades gêmeas.

Produto de processos e interações econômicas, culturais e políticas, tanto espontâneas como promovidas, a zona de fronteira é o espaço-teste de políticas públicas de integração e cooperação, espaço-exemplo das diferenças de expectativas e transações do local e do internacional, e espaço-limite do desejo de homogeneizar a geografia dos Estados nacionais (Brasil, 2005, p. 21).

A faixa de fronteira é dotada de complexidade e peculiaridades que a tornam especial em relação ao restante do país. A principal legislação que trata da matéria foi promulgada em 1979 (Lei nº 6.634) e atribui destacada importância a esse espaço territorial, considerado como região estratégica, em harmonia com os ideais de justiça e desenvolvimento. Corresponde a aproximadamente 27% do território nacional, com 15.719 km de extensão e cerca de 10 milhões de habitantes, sendo distribuída por onze estados brasileiros e limítima a dez países da América do Sul.

Os municípios da linha de fronteira, em função da posição geográfica, compõem dois grandes grupos, os limítimos e os não limítimos. O grupo dos municípios limítimos se subdivide em três subgrupos: *i*) aqueles em que o território do município faz limite com o país vizinho e sua sede se localiza no limite internacional, podendo ou não apresentar uma conurbação ou semiconurbação com uma localidade do país vizinho (cidades gêmeas); *ii*) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede não se situa no limite internacional; e

iii) aqueles cujo território faz divisa com o país vizinho, mas cuja sede está fora da faixa de fronteira. O grupo dos municípios não lindeiros, por sua vez, se subdivide em dois subgrupos: aqueles com sede na faixa de fronteira; e aqueles com sede fora da faixa de fronteira.

A base territorial das ações do governo federal para a faixa de fronteira estabelece como áreas de planejamento três grandes arcos, definidos a partir da proposta de reestruturação do PDFF, com base na Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), do Ministério da Integração Nacional (MI). O primeiro deles é o Arco Norte, que compreende a faixa de fronteira dos estados do Amapá, Pará, Amazonas e a totalidade dos estados de Roraima e do Acre. O segundo é o Arco Central, que compreende a faixa de fronteira de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O terceiro é o Arco Sul, que abrange a fronteira do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. Como nos outros arcos, diferenças na base produtiva e na identidade cultural foram os critérios adotados para a divisão em sub-regiões.

2.5 A institucionalidade paradoxal da fronteira

Os movimentos econômico-populacionais e a velocidade da apropriação dos espaços fronteiriços reforçam a histórica e permanente preocupação dos Estados Nacionais no sentido do controle, do vínculo e do estímulo à coincidência entre os significados de limite e fronteira. Em um cenário de mudanças rápidas e de difícil assimilação, emerge a sensação nostálgica de um país como um “sistema fechado”, protegido por seus próprios limites. Nesses casos, a permeabilidade presente nas fronteiras passa a ser entendida como algo nocivo, ameaçador à integridade da Nação; uma metáfora na qual a porosidade das fronteiras resume tudo de negativo que se identifica num país (Machado, 1998). Segundo essa autora, no caso brasileiro, as ações do Estado, valendo-se do seu aparato de polícia, fazem-se menos no sentido da garantia ou afirmação de uma identidade nacional, e muito mais na defesa de segmentos específicos do capital, presentes no país, bem como dos anseios de uma maior arrecadação fiscal calcada numa imagem de eficácia do poder público. Entre a porosidade e o limite, Machado (1998) conclui que há uma simbiose que se manifesta na manipulação e na ambiguidade do estatuto de legalidade/ilegalidade das transações, seja por meio dos Estados, seja por parte dos circuitos do capital/comércio, seja pela ação dos indivíduos.

Muitos estudos discutem que as áreas fronteiriças podem funcionar como espaços de criação de possibilidades de desenvolvimento, áreas de transição, contato, articulação, com especial vivacidade e dinamismo próprio. As cidades contíguas que se estendem entre países e exercem, muitas vezes, atividades econômicas similares e funções urbanas complementares poderiam dar origem a estruturas bi/trinacionais, com articulação produtiva e transformação territorial. Contrapondo-se ao espaço único de ocupação, entretanto, prevalecem ainda

tensões fronteiriças históricas e, mais que tudo, assimetria entre as partes, levando a quadros de expressiva desigualdade.

Essas compreensões reforçam a importância da presença do Estado no planejamento e gestão (mediação) desses espaços, a partir da consciência de suas particularidades e das dificuldades de controle da mobilidade econômica e populacional, de modo a desconstruir a noção de um mosaico de pedaços de países independentes que se avizinham, e formular e efetivar políticas integradoras. Enfim, ações que enfrentem a grande questão dessas regiões, presente nas restrições à mobilidade dos fatores de produção e na consequente dificuldade que isso impõe à concretização de um espaço econômico peculiar.

Apesar dessas considerações, estudos realizados para o oeste paranaense (Ipardes, 2008) concluem pela existência de uma condição de enclave no caso da aglomeração de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Puerto Iguazú, deixando aberta outra questão: como reverter essa posição de enclave da aglomeração transfronteiriça em relação aos espaços regionais onde se insere nos respectivos países? Ou seja, como efetivar vínculos entre as atividades desenvolvidas por ela e suas porções vizinhas, buscando alavancar economias de aglomeração no conjunto todo? Registra-se que, nessas aglomerações, as relações que se estabelecem são extremamente verticalizadas, com significação mínima aos espaços horizontais imediatos. Daí a aparência de enclave.

No caso dessa aglomeração, a presença de Itaipu contribui, por um lado, para reforçar esse tipo de configuração, visto que, em uma condição ainda mais pontual, restrita à empresa, repete-se a condição de relações verticalizadas, funcionando como um aparente enclave na própria aglomeração. Por outro lado, a usina e o lago contribuem para a constituição de um conjunto de municípios privilegiados em relação aos demais, cujas receitas são acrescidas por recursos provenientes de *royalties*, como compensação às áreas inundadas pela formação do lago, e cujo desempenho, no que concerne à formulação e à implementação de ações que otimizem os recursos agregados, é restrita à esfera municipal, ampliando as assimetrias na região.

A condição de extremadas relações verticalizadas torna ainda mais difícil a já complexa tarefa de gestão do espaço transfronteiriço. A gestão de aglomerações urbanas *per se* é um processo de difícil articulação, dado que estas se constituem em cidades localizadas sobre muitas unidades político-administrativas autônomas. Daí um grande desafio a romper é de ordem escalar. No Brasil, a grande maioria das aglomerações urbanas enfrenta as dificuldades criadas pela autonomia municipal, que fragmentam decisões que deveriam ser tomadas em uníssono. Nas aglomerações que ultrapassam as fronteiras geográficas, as dificuldades são ainda maiores, resultantes da sobreposição de outras escalas de autonomia às já existentes, como a dos estados federados e a dos países, com legislações e políticas macroeconômicas

distintas. A ausência de qualquer tipo de instituição regional, trinacional ou, no âmbito dos países, específica para essas aglomerações, faz com que a tomada de decisões seja fragmentada e que não se formulem estratégias que priorizem ações para o desenvolvimento do território aglomerado enquanto uma unidade.

Nessas aglomerações, o fenômeno urbano, o espaço econômico e os aspectos culturais, por mais que possuam similaridades, sofrem a limitação de barreiras políticas, financeiras e legais no fluxo de pessoas e mercadorias, acentuando as diferenças nos traços das várias identidades. Isso faz com que as soluções de continuidade das relações transfronteiriças se efetivem por interações, independentemente da constituição formal de sistemas de gestão do espaço, marginalizadas e/ou fragilizadas pelo aparato da lei. A velocidade do exercício cotidiano na busca da viabilidade social e econômica por moradores ou consumidores passageiros se manifesta na construção, destruição e reconstrução do espaço, para além e aquém do poder instituído. Mesmo que se feche a passagem de um país para outro, o que frequentemente acontece, os atalhos surgem na periferia do formal, na transgressão dos limites. Como sintetiza Souza (2009, p. 2), essas aglomerações são:

espaços nos quais o local e o internacional se entrelaçam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelos povos fronteiriços. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos, que constrói, reelabora e constitui uma outra cultura e uma identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais. São regiões que não “respeitam” as barreiras existentes, já que há ação e interação dos agentes fronteiriços, estimulando dinâmicas fronteiriças informais.

3 MOBILIDADE TRANSFRONTEIRIÇA

3.1 Movimentos migratórios internacionais

3.1.1 Emigrações internacionais

As informações sobre emigrações internacionais utilizadas neste relatório fazem parte dos dados do universo do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), portanto são incomparáveis com outras informações sobre migrações (data fixa ou última etapa). Assim, optou-se por organizar e analisar as informações do universo. Pelos mesmos motivos, as informações sobre imigração também sofrem limitações de comparabilidade. Optou-se por informações de migrações de data fixa (onde a pessoa se encontrava em 31 de julho de 2005).

Com relação à emigração internacional, o Censo Demográfico 2010 considerou um universo de 5.156 municípios, nos quais foram registrados 491.645 emigrantes internacionais, em 193 países do mundo. Pela primeira vez, o IBGE investigou a emigração internacional no universo da pesquisa, o que permite detectar a

origem, o destino e o perfil etário e por sexo dos emigrantes. Sobre esses aspectos, destaca-se que a maioria era composta por mulheres (53,8%) e que 60% dos emigrantes tinham entre 20 e 34 anos de idade (IBGE, 2011).¹¹

Entre as unidades da federação (UF) brasileiras, São Paulo era a principal origem dos emigrantes (aproximadamente 106 mil pessoas ou 21,6% do total), seguido por Minas Gerais (82.749 pessoas ou 16,8%). Goiás foi o estado de origem da maior proporção de emigrantes (5,92 pessoas para cada mil habitantes), seguido de Rondônia (4,98), Espírito Santo (4,71) e Paraná (4,39). Alguns municípios de maior porte concentram elevado número de pessoas que emigraram, casos de São Paulo, com 36 mil (ou 7,3% do total dos emigrantes internacionais em 2010), Rio de Janeiro, com 20,3 mil (4,1%), Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Salvador, todos com mais de 10 mil (na faixa dos 2%).

Com a intenção de observar o comportamento geral dos municípios brasileiros, optou-se por analisar a participação do município no total dos emigrantes internacionais. Os municípios já relacionados, além de Governador Valadares, em Minas Gerais, Brasília, Porto Alegre, Fortaleza, Recife e Londrina, no Paraná, respondem, individualmente, por mais de 1% do total dos emigrantes internacionais. Esses doze municípios somam uma participação de 29,5% do total, correspondente a 144.949 emigrantes (tabela 1).

TABELA 1

Brasil: distribuição dos municípios e emigrantes internacionais, segundo participação no total dos emigrantes internacionais (2010)

Participação (%)	Municípios	Emigrantes	Emigrantes sobre o total (%)
> 1	12	144.949	29,48
0,1 a 1	133	162.125	32,98
0,01 a 0,09	989	137.850	28,04
0,001 a 0,009	3.185	45.477	9,25
< 0,001	837	1.244	0,25
Total Brasil	5.156	491.645	-

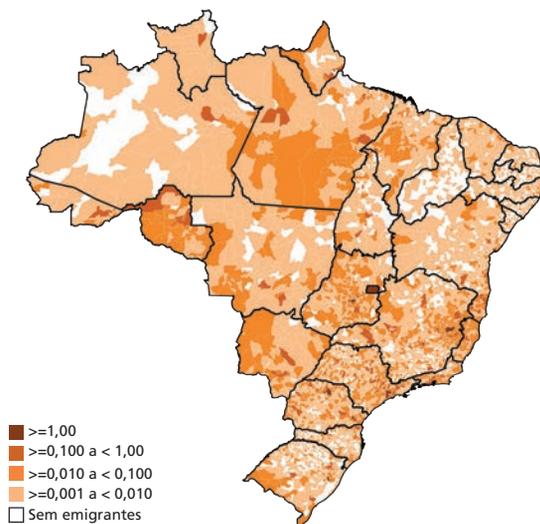
Fonte: IBGE.

Elaboração: Ipar-des.

Dos demais emigrantes, 162.125 residem em 133 municípios, com participação entre 0,1% e 0,99%, municípios estes bastante populosos. Observa-se que há muitos municípios na faixa de fronteira com participação acima de 0,01% no total dos emigrantes (figura 1). Anota-se que esses municípios estão entre aqueles com as maiores participações de emigrantes para a América Latina sobre o total dos emigrantes (figura 2).

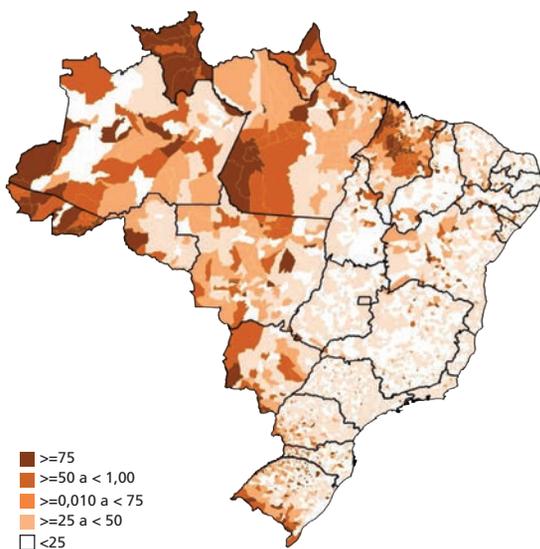
11. Informação disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo.html?view=noticia&id=3&idnoticia=2017&busca=1&t=censo-2010-mais-metade-emigrantes-brasileiros-sao-mulheres>>.

FIGURA 1
Brasil: distribuição dos emigrantes internacionais (2010)
(Em %)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
Elaboração: Iparides.

FIGURA 2
Brasil: participação da emigração para a América Latina no total dos emigrantes (2010)
(Em %)

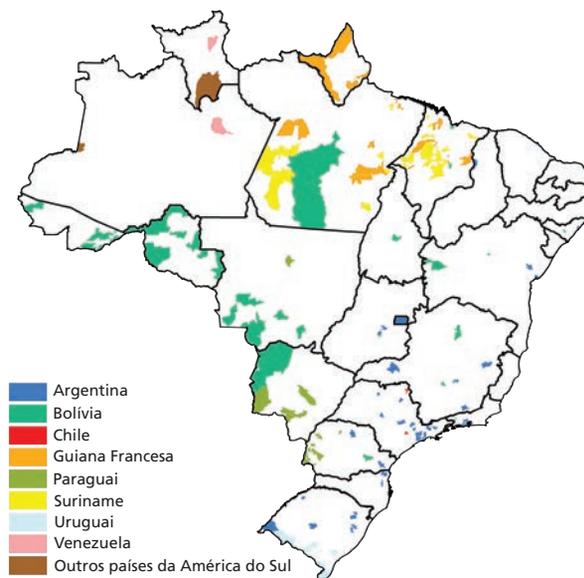


Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
Elaboração: Iparides.

O conjunto dos municípios com participação superior a 0,1% foi considerado o de maior relevância pelos volumes que movimenta. Foram analisados e mapeados os principais destinos, especificamente os sul-americanos (figura 3).

FIGURA 3

Brasil: fluxo principal dos municípios com participação superior a 0,1% no total da emigração para a América do Sul (2010)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
Elaboração: Ipadres.

Do total de emigrantes, 51,4% destinam-se a países da Europa; 26,4%, aos da América do Norte; 8,9%, aos da Ásia e 7,9%, aos da América do Sul (tabela 2). Na América do Sul (tabela 3), os principais destinos são Argentina (22,2%), Bolívia (20,4%) e Paraguai (12,7%).

As emigrações para a América do Sul apontam um perfil que, em termos de volume, concentra-se em centros de maior porte, principalmente nas UFs de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outras. Poucos são os municípios fronteiriços que concentram volumes elevados de emigrantes, destacando-se entre eles o de Foz do Iguaçu, além de capitais dos estados da região Norte, casos de Boa Vista, Rio Branco e Macapá. Nos centros e capitais de UFs fronteiriças, os destinos principais são os países limítrofes. Esse movimento sugere uma emigração de contato, de transposição, nem sempre realizada por brasileiros, podendo corresponder a estrangeiros em retorno.

TABELA 2
Brasil: destino dos emigrantes e participação no total da emigração internacional (2010)

Destinos	Emigrantes	Total de emigrantes (%)
África	8.286	1,69
América Central	3.199	0,65
América do Norte	129.940	26,43
América do Sul	38.890	7,91
América Latina	44.475	9,05
Ásia	43.912	8,93
Europa	252.892	51,44
Oceania	13.880	2,82
Sem declaração	646	0,13
Total	491.645	-

Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
 Elaboração: Ipardes.

TABELA 3
Brasil: destino dos emigrantes aos países da América do Sul e participação no total da emigração para esse continente (2010)

Destinos	Emigrantes	Total de emigrantes (%)
Argentina	8.631	22,19
Bolívia	7.919	20,36
Paraguai	4.926	12,67
Guiana Francesa	3.822	9,83
Outros países da América do Sul	3.643	9,37
Suriname	3.416	8,78
Chile	2.533	6,51
Venezuela	2.297	5,91
Uruguai	1.703	4,38
Total	38.890	-

Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
 Elaboração: Ipardes.

Internamente, muitos municípios têm na emigração para países sul-americanos mais de 75% do total dos emigrantes, o que é observado em 239 municípios, de onde partem 11,7% dos emigrantes com destino a outros países na América do Sul (tabela 4). Partem de municípios majoritariamente de menor porte, em UFs fronteiriças (figura 3). Compõem-se de fluxos com pequenos volumes, sendo que em 159 municípios não atingem uma dezena. Os maiores volumes partem de municípios do Norte, assim como do Maranhão, com destaque para Boa Vista, de onde saíram 972 pessoas, 82,5% destinadas a países da América do Sul.

TABELA 4
Brasil: participação da emigração para a América do Sul no total dos emigrantes (2010)

Participação (%)	Municípios	Total municípios (%)	Emigrantes América do Sul	Total América do Sul/total de emigrantes (%)
> 75,0	239	4,64	4.542	11,68
50,0 a 74,9	312	6,05	5.559	14,29
25,0 a < 49,9	544	10,55	5.385	13,85
< 25	1.940	37,63	23.404	60,18
Sem emigrantes para a América do Sul	2.121	41,14	-	-
Total	5.156	-	38.890	-

Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
 Elaboração: IpardeS.

Também nessas localizações encontram-se municípios com participações menores, porém não menos significativas, como os 856 municípios com proporções entre 25% e 75%, e que concentram 28,1% dos emigrantes para a América do Sul. A maior parte dos emigrantes para a América do Sul (60,2%) provém de centros de médio e grande porte, distribuídos pelo território nacional mas com grande participação de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Salvador, todos com fluxos superiores a 10 mil pessoas, que, juntos, respondem por 25,2% dos emigrantes para a América do Sul.

3.1.2 Imigrações internacionais

Para o IBGE, a crise financeira internacional, com início em 2008, e o desempenho da economia do Brasil foram grandes atrativos para que estrangeiros imigrassem para o país, além de influenciarem a volta de brasileiros que moravam no exterior (Organizações..., 2006). Em 2010, pelo critério data fixa, 268,3 mil “imigrantes internacionais” (independentemente de serem nacionais ou estrangeiros), que tinham passado os últimos cinco anos fora do país, estavam de volta. Houve crescimento de 86,7% em relação aos mesmos dados de 2000, quando o total dessa classe de imigrantes foi de 143,6 mil. O IBGE também aponta nesse movimento uma elevação da imigração de retorno ao país, dado que os brasileiros representam o dobro do retorno identificado na pesquisa anterior (87,9 mil).¹² Entre os que chegaram ao país em 2010, os brasileiros correspondem a 65,7% (174,2 mil pessoas), 29% eram estrangeiros e 5,4% naturalizados brasileiros (tabela 5). Cabe observar que, para efeitos deste trabalho, mais que a naturalidade do imigrante, o que importa é o volume e a incidência territorial dos fluxos migratórios, pois revelam dinâmicas a serem exploradas.

12. Informação disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2012/04/ibge-constatou-que-crise-internacional-atraiu-imigrantes-ao-brasil>>.

TABELA 5
Brasil: imigrantes – data fixa por condição de naturalidade (2010)

Imigrantes	Brasileiro nato	Brasileiro naturalizado	Estrangeiro	Total
Pessoas	176.214	14.408	77.673	268.295
Total (%)	65,68	5,37	28,95	-

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (dados data fixa: residência na origem em 31 jul. 2005).
 Elaboração: Ipardes.

Como no caso da emigração, poucos municípios contribuem com os maiores volumes de imigrantes recebidos. Com participação superior a 1% encontram-se apenas onze municípios, que registram 34,5% do total de imigrantes em 2010 (tabela 6).

TABELA 6
Brasil: distribuição dos municípios e imigrantes internacionais, segundo participação no total dos imigrantes internacionais (2010)

Participação (%)	Municípios	Imigrantes	Classe de imigrantes no total (%)
> 1	11	92.571	34,50
0,1 a 1	135	91.410	34,07
0,01 a 0,09	861	69.442	25,88
0,001 a 0,009	1.473	14.858	5,54
< 0,001	12	14	0,01
Total	2.492	268.295	-

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (dados data fixa: residência na origem em 31 jul. 2005).
 Elaboração: Ipardes.

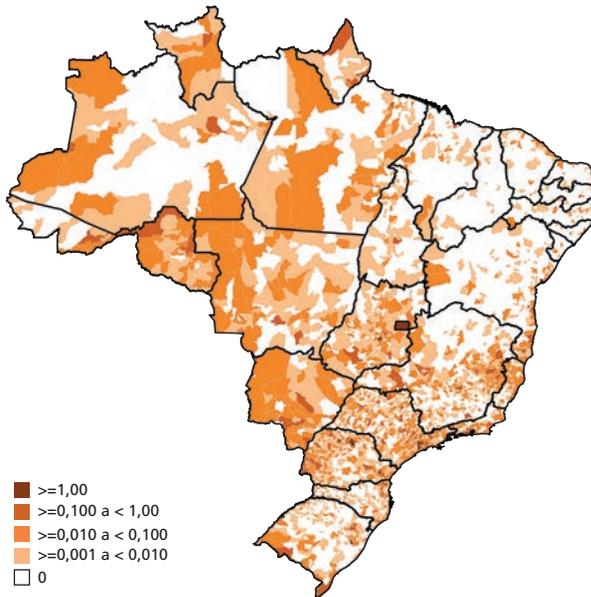
Obs.: A proporção 0 corresponde à presença de 1 a < 2 imigrantes.

Os principais municípios foram São Paulo, que recebeu 14,6% dos imigrantes, Rio de Janeiro (4,2%), Curitiba (2,5%), Brasília (2,4%), Goiânia (2,1%) e Belo Horizonte (2,1%), assim como, contribuindo com mais de 1% do total, Salvador, Londrina, Maringá, no Paraná, Porto Alegre e Foz do Iguaçu – este o único município fronteiriço nessa classe de participação. Grande parte dos municípios que compõem aglomerações transfronteiriças (cidades gêmeas, cidades pares) se encontra na classe de participação entre 0,1% e 1% (figura 4). As principais UF's de destinos dos imigrantes no Brasil em 2010 foram São Paulo, Paraná e Minas Gerais.

São Paulo também é o município com o maior número de imigrantes estrangeiros, com 7,8% do total dos imigrantes estrangeiros e 53,1% dos imigrantes recebidos internamente pelo município. O Rio de Janeiro, com 2,1% do total, tem nos estrangeiros 46,2% dos imigrantes do município. Entre os municípios de aglomerações transfronteiriças, apenas Foz do Iguaçu está entre aqueles com participação superior a 0,5% do total de imigrantes estrangeiros, e esses imigrantes perfazem 36,9% do total recebido. Outros municípios de aglomerações com características de localização geográfica semelhantes, como Tabatinga, no

Amapá, (93,9%), Chuí (87,5%) e Santana do Livramento, ambos no Rio Grande do Sul, (71,9%) e Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul (60,5%), juntamente com Manaus (70,4%), Lauro de Freitas, na Bahia (78,3%) e Itaí, em São Paulo (100%), participam no total de estrangeiros com mais de 0,1%, os quais perfazem mais de 50% do total de imigrantes recebidos. Outros municípios têm nos estrangeiros 100% do total dos imigrantes, porém sobre volumes pequenos de pessoas.

FIGURA 4
Brasil: distribuição dos imigrantes internacionais (2010)
 (Em %)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE.

Elaboração: Ipardes.

Obs.: A proporção 0 corresponde à presença de 1 a < 2 imigrantes.

As principais origens dos imigrantes para o Brasil foram a Europa (29,7%) e a América Latina (aqui consideradas as Américas do Sul e Central e o México), com participação de 27,1% (tabela 7). Entre os países contribuintes, porém, predominam os Estados Unidos (52,1 mil imigrantes, ou 19,4% do total), o Japão (41 mil ou 15,3%), o Paraguai (24,6 mil ou 9,2%), Portugal (21,6 mil ou 8,1%) e a Bolívia (15,6 mil ou 5,8%) – apenas esses com participação superior a 5%. Segundo o IBGE, na década anterior, o Paraguai e o Japão apareciam antes dos Estados Unidos, seguidos pela Argentina e pela Bolívia.

TABELA 7
Brasil: origem dos imigrantes e participação no total da imigração internacional (2010)

Destinos	Imigrantes	Total de imigrantes (%)
África	7.066	2,63
América do Norte	56.793	21,17
América do Sul	67.775	25,26
América Central	2.534	0,94
América Latina	72.708	27,10
Ásia	50.808	18,94
Europa	79.628	29,68
Oceania	1.968	0,73
Ignorado	1.723	0,64
Total	268.295	100,00

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (dados data fixa: residência na origem em 31 jul. 2005).
 Elaboração: Ipardes.

Na América do Sul, Paraguai e Bolívia lideram os países de origem de imigrantes, totalizando 59,4% dos movimentos sul-americanos (tabela 8). A Argentina contribui com 11,9%. Entre os demais países, o Chile, embora não limítrofe, destaca-se com uma participação de 4%. O mapa dos fluxos principais, considerados os municípios com participação em mais de 0,1% do total dos imigrantes, reproduz o comportamento da emigração, com nítida mobilidade entre países limítrofes (figura 5).

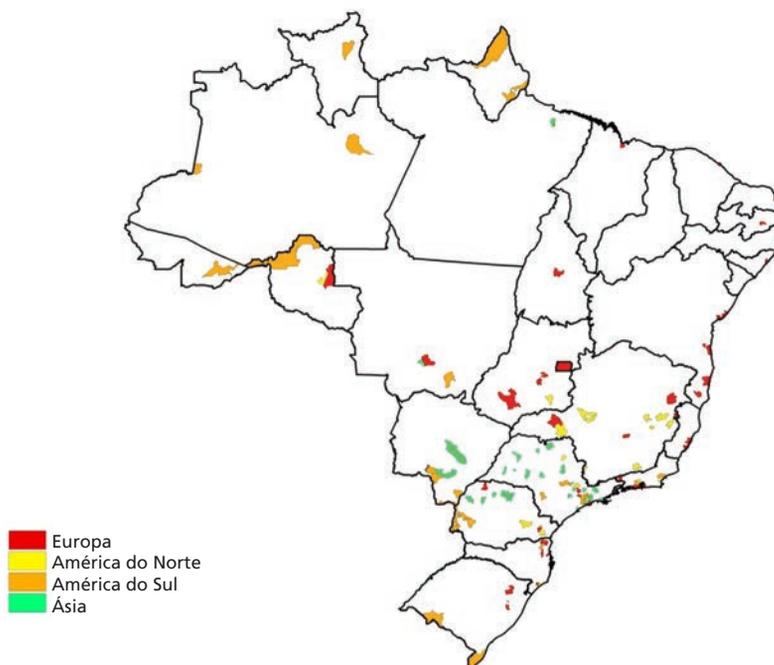
TABELA 8
Brasil: origem dos imigrantes dos países da América do Sul e participação no total da imigração sul-americana (2010)

Destinos	Imigrantes	Total imigrantes (%)
Paraguai	24.610	36,31
Bolívia	15.651	23,09
Argentina	8.084	11,93
Uruguai	4.326	6,38
Peru	4.224	6,23
Colômbia	3.255	4,80
Chile	2.674	3,95
Venezuela	1.892	2,79
Guiana Francesa	1.072	1,58
Equador	815	1,20
Guiana	600	0,88
Suriname	572	0,84
Total	67.775	-

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (dados data fixa: residência na origem em 31 jul. 2005).
 Elaboração: Ipardes.

FIGURA 5

Brasil: fluxo principal dos municípios com participação superior a 0,1% no total da imigração (2010)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE.

Elaboração: Ipardes.

Obs.: África, América Central e Oceania não são destino principal em nenhum município considerado.

Os 925 municípios com imigrantes oriundos da América do Sul totalizam 67.775 pessoas em seus fluxos, das quais 36% em municípios cuja representatividade dos sul-americanos sobre o total de imigrantes ultrapassa 75% (tabela 9).

TABELA 9

Brasil: participação da imigração da América do Sul no total dos imigrantes (2010)

Classe participação (%)	Municípios	Total de municípios (%)	Imigrantes América do Sul	Total América do Sul/total imigrantes (%)
>= 75	395	15,85	24.427	36,04
>= 50 a < 75	122	4,90	6.919	10,21
>= 25 a < 50	186	7,46	24.003	35,42
< 25	222	8,91	12.426	18,33
Sem emigrantes para a América do Sul	1.567	62,88	0	0,00
Total	2.492	100,00	67.775	-

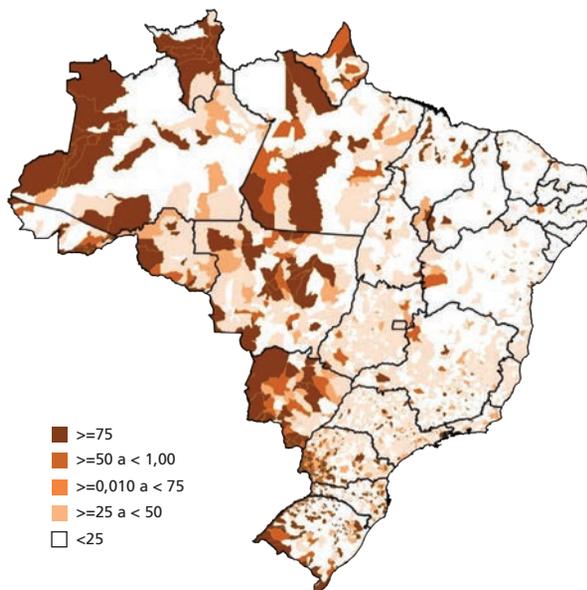
Fonte: Censo Demográfico/IBGE (dados data fixa: residência na origem em 31 de jul. 2005).

Elaboração: Ipardes.

Da mesma forma que ocorre com os emigrantes internacionais, os imigrantes sul-americanos também compõem a maior proporção do total dos imigrantes nos municípios da faixa de fronteira (figura 6).

FIGURA 6

Brasil: participação da imigração da América Latina no total dos imigrantes (2010)
(Em %)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
Elaboração: IparDES.

3.1.3 Movimentos pendulares

O Censo Demográfico de 2010 oferece uma importante base de dados para a análise do movimento das pessoas para trabalho e/ou estudo em outro município que não o de residência. Entendidos como deslocamentos pendulares, esses movimentos não são considerados migratórios, pois não implicam mudança de município de residência. Também não se restringem a fluxos diários, abrangendo também aqueles com maior duração entre a partida e o retorno. O censo registra fluxos de saída dos municípios e fluxos de entrada. No caso dos fluxos para o estrangeiro é possível registrar apenas os de saída dos municípios brasileiros.

As informações apontam que 14.803.149 pessoas realizam movimento pendular para trabalho e/ou estudo entre municípios brasileiros. Desses, 72% se deslocam para trabalho e 28% para estudo em outro município (entre eles, há casos em que os deslocamentos incluem ambos). As pessoas que se deslocam

para trabalho em outro município correspondem a 12,8% do total da população que trabalha. Os que se deslocam para estudo em outro município correspondem a 7,4% do total da população que estuda.

Considerando as pessoas que realizam movimento pendular para trabalho e/ou estudo, 0,4% dos que trabalham e 0,6% dos que estudam o fazem no estrangeiro. Considerando o total de fluxos, 34.975 pessoas deixam municípios brasileiros em fluxos pendulares para trabalhar no exterior; 34.335 para estudar no exterior; e 741 para ambas as atividades. Há, ainda, pessoas que saem para estudar em município brasileiro, mas que realizam atividade de trabalho no estrangeiro (tabela 10). Somando-se todas as saídas do país, o que incluem ainda pessoas que estudam em outro município e trabalham no estrangeiro, ou que estudam no estrangeiro e trabalham em outro ou em vários outros municípios, tem-se 72.303 pessoas em movimento.

TABELA 10

Brasil: movimento pendular da população – fluxos de saída (2010)

Condição	Pessoas	Total de pessoas (%)
Saída para trabalho em outro município	9.527.748	64,36
Trabalho no estrangeiro	34.975	0,24
Trabalho em vários municípios	883.890	5,97
Estudo em outro município	3.652.488	24,67
Estudo no estrangeiro	34.335	0,23
Estudo e trabalho em outro município	647.687	4,38
Estudo em outro município e trabalho no estrangeiro	269	< 0,01
Estudo e trabalho no estrangeiro	741	0,01
Estudo no estrangeiro e trabalho em outro município	1.719	0,01
Estudo em outro município e trabalho em vários municípios	19.034	0,13
Estudo no estrangeiro e trabalho em vários municípios	264	< 0,01
Total	14.803.149	-

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (dados da amostra).

Elaboração: Ipdades.

Os fluxos pendulares para o estrangeiro concentram-se nos grandes centros urbanos. De São Paulo, saem 14,9% do total; e do Rio de Janeiro, 6,1%. Salvador, Curitiba, Porto Alegre e Belo Horizonte têm participação superior a 1% do total. Entre os onze municípios com essa classe de participação, encontram-se também os municípios fronteiriços de Foz do Iguaçu (9,1%), Santana do Livramento (3,8%), Ponta Porã (2,9%), Chuí (1,8%) e Tabatinga (1,3%), demonstrando que o mesmo padrão de mobilidade ocorre em municípios integrantes nas aglomerações transfronteiriças (cidades gêmeas ou cidades pares) dos três arcos da linha de fronteira do país (figura 7). Sumarizando, esses onze municípios respondem

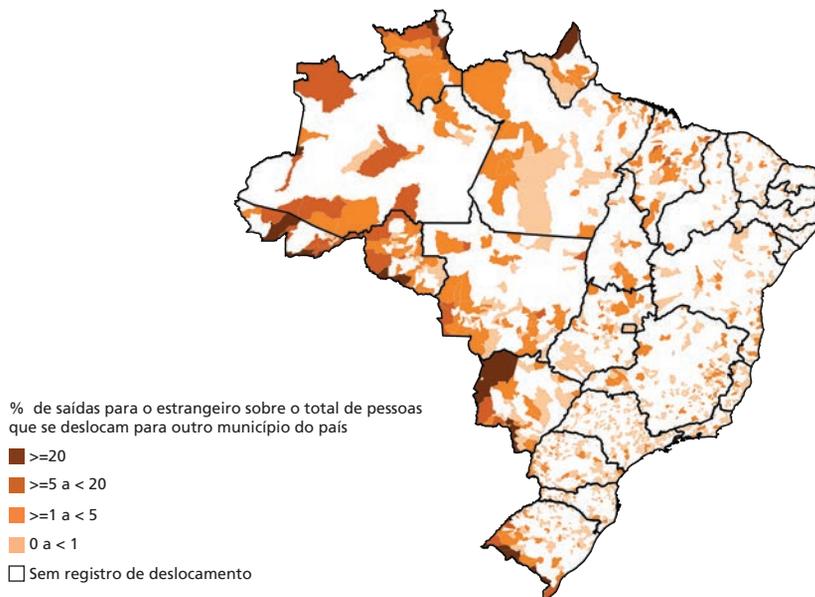
por 45% dos deslocamentos (tabela 11), sendo que 18,9% correspondem aos municípios fronteiriços.

TABELA 11
Brasil: participação sobre o total de fluxos pendulares para trabalho e/ou estudo no estrangeiro (2010)

Classe	Municípios	Pessoas	Total de pessoas (%)
≥ 1	11	32.544	45,01
$\geq 0,1$ a < 1	113	23.712	32,80
$\geq 0,01$ a $< 0,1$	707	14.269	19,74
$\geq 0,001$ a $< 0,01$	422	1.777	2,46
Sem registro de deslocamentos	4.312	-	-
Total	5.565	72.302	-

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (dados da amostra).
Elaboração: Iparides.

FIGURA 7
Brasil: movimento pendular de saída para estudo e/ou trabalho no estrangeiro (2010)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
Elaboração: Iparides.

Ao se analisar a proporção das pessoas que saem para o estrangeiro sobre o total de pessoas que se deslocam em movimentos pendulares, observa-se que apenas 24 municípios superam os 20% do total de saídas, um total de 19.517 pessoas

(tabela 12). A grande maioria dos municípios com movimentos pendulares para o estrangeiro tem neles menos de 5% do total dos fluxos de saída.

TABELA 12

Brasil: movimento pendular de saída para estudo e/ou trabalho no estrangeiro (2010)
(% de saídas para o estrangeiro sobre o total de pessoas que se deslocam para outro município do país)

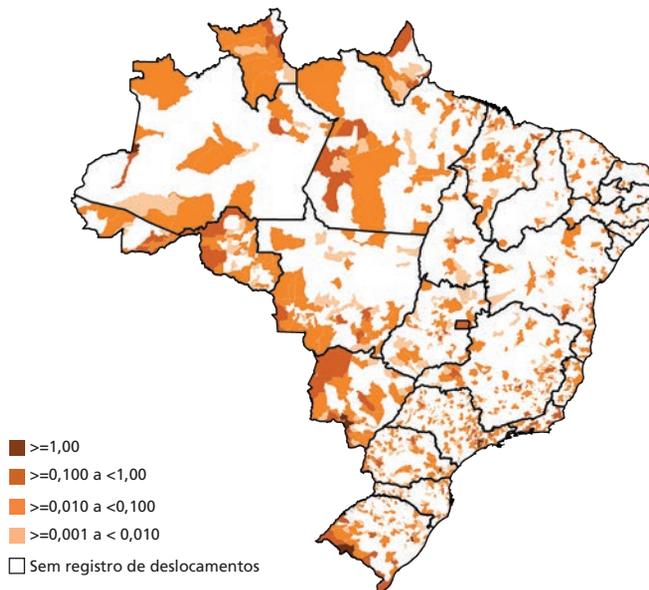
Saídas para o estrangeiro/total de saídas (%)	Município	Pessoas
≥ 20	24	19.517
≥ 5 a < 20	44	3.930
≥ 1 a < 5	350	29.582
0 a < 1	835	19.273
Sem registro de deslocamentos	4.312	-
Total	5.565	72.302

Fonte: Censo Demográfico/IBGE (dados da amostra).
Elaboração: IparDES.

Os municípios onde essa participação é elevada estão inseridos na faixa de fronteira, porém são os da linha de fronteira (as aglomerações transfronteiriças, cidades gêmeas ou cidades pares) que apresentam os mais elevados percentuais (figura 8).

FIGURA 8

Brasil: participação sobre o total de fluxos pendulares para trabalho e/ou estudo no estrangeiro (2010)
(Em %)



Fonte: Censo Demográfico/IBGE.
Elaboração: IparDES.

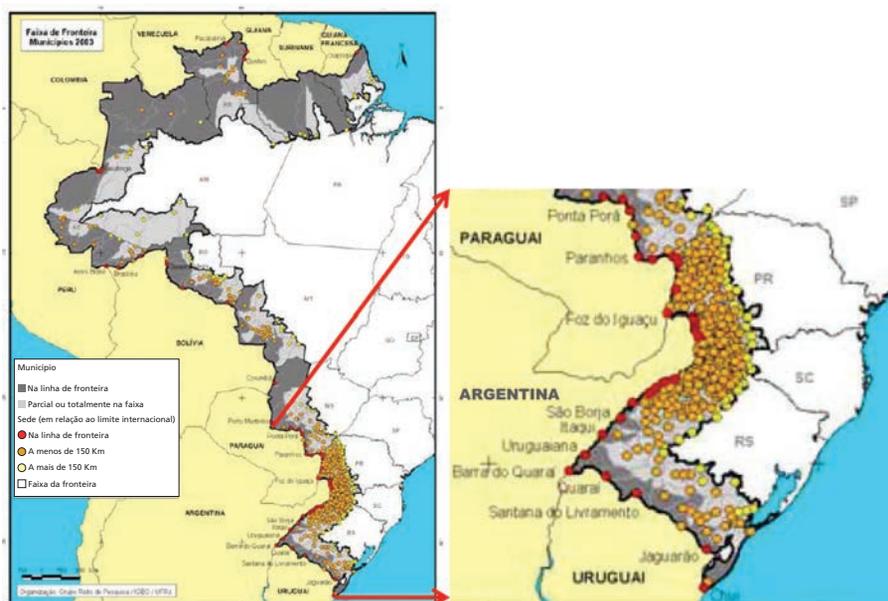
Da mesma forma que observado na análise dos movimentos migratórios, os deslocamentos pendulares também apontam fluxos importantes na extensão da faixa de fronteira, seja pelo volume de pessoas, seja pela proporção que representam sobre o total dos fluxos. Lembra-se que não se dispõe de dados similares dos países vizinhos, e que, portanto, são consideradas apenas as saídas do Brasil, as quais, por sua vez, se computadas, fariam o volume de pessoas em trânsito ser consideravelmente superior. Particularmente nas aglomerações urbanas, esses deslocamentos representam a interação de pessoas no território para a realização de atividades de trabalho e/ou estudo e exigem a definição de políticas de mobilidade, assim como outras medidas que garantam o livre trânsito das pessoas.

4 TERRITÓRIO REFERENCIAL

O objeto de estudo de caso deste estudo é a fronteira do estado do Paraná com o Paraguai e a Argentina. São 139 municípios que se inserem na faixa e na linha de fronteira desse estado (mapa 1), totalizando 35% do total dos municípios paranaenses e 22,7% do total da população do estado em 2010, o que indica a necessidade de se aprofundar o conhecimento das especificidades desses municípios, sobretudo das configurações urbanas que emergem nessa região.

MAPA 1

Municípios da faixa e da linha de fronteira



Fonte: Brasil (2005).

Elaboração: Instituto de geociências/Universidade Federal do Rio de Janeiro (Igeo/UFRJ).

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Em detalhes, foram desenvolvidos estudos sobre a aglomeração urbana de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Puerto Iguazú, cidades de Brasil, Paraguai e Argentina, respectivamente; além de outras de menor porte, como Guaíra (Paraná)/Mundo Novo (Mato Grosso)/Salto del Guairá (Paraguai); e Barracão (Paraná)/Dionísio Cerqueira (Santa Catarina)/Bernardo de Irigoyen (Argentina); assim como simples passagens fronteiriças, como Santo Antônio do Sudoeste (Paraná)/San Antonio (Argentina) e Capanema (Paraná)/Andresito (Argentina) (figura 9).

FIGURA 9

Aglomerções transfronteiriças no estado do Paraná (2009)

Fonte: Google Earth.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Observou-se uma realidade complexa em todos os espaços analisados. Constatou-se, porém, uma complexidade maior na aglomeração Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Puerto Iguazú, alcançando-a da condição de uma cidade gêmea, como apontada em estudo do Ministério da Integração Nacional, para a de uma aglomeração transfronteiriça de porte médio, comparável às demais aglomerações urbanas brasileiras, muitas das quais com *status* de regiões metropolitanas.

4.1 Breve histórico

Um dos primeiros esforços por parte do governo brasileiro no sentido de interiorizar a ocupação do território ocorreu na década de 1930, com o movimento denominado Marcha para o Oeste, durante o governo do presidente Getúlio Vargas. No Paraná, essa iniciativa deu continuidade ao processo de exploração da madeira, ampliando a oferta de terras de qualidade para práticas agrícolas e pecuárias. A exploração do estoque madeireiro foi realizada por companhias colonizadoras, simultaneamente voltadas ao comércio de terras.

No Paraguai, até os anos 1950, a fronteira oriental era uma região pouco ocupada, porém cobiçada. Um movimento de pioneiros, paraguaios e brasileiros, estes últimos particularmente no período pós-anos 1960, intensificou a ocupação, desencadeando um processo que adentrou os limites do espaço comum e expandiu as fronteiras agropastoris (Souchaud, 2007).

Os investimentos em infraestrutura e logística na região expandiram-se a partir da década de 1950, impulsionando de forma decisiva a expansão da ocupação, o crescimento populacional e a consolidação das atividades agropecuárias no oeste paranaense, sendo que a qualidade do solo e a capacidade técnica dos produtores, aliadas à possibilidade de escoamento, viabilizaram a produção de excedentes para comercialização.

O grande impulso de crescimento adveio, contudo, nos anos posteriores a 1970, devido à construção da usina hidrelétrica de Itaipu, quando Foz do Iguaçu, Ciudad del Este e, de forma menos intensa, Puerto Iguazú vivenciaram a intensificação da dinâmica de ocupação de suas áreas urbanas, iniciada por trabalhadores da construção civil, conhecidos como barrageiros, entre outros trabalhadores e prestadores de serviços, fornecedores, comerciantes etc. Igualmente intensa e veloz, a ocupação urbana expandiu-se territorialmente e deu início à configuração de uma aglomeração na fronteira dos três países. As obras de Itaipu marcaram, portanto, o início de um novo momento histórico na ocupação dessa porção do território, com repercussão na orientação dos vetores de expansão da ocupação nesses espaços de fronteira, estabelecendo progressivamente novas relações com os principais centros urbanos nacionais e internacionais.

Além da construção de Itaipu, outras obras e fatos históricos foram importantes para a formação do aglomerado transfronteiriço entre Brasil, Paraguai e Argentina, bem como o “descolamento” de Foz do Iguaçu em relação ao oeste paranaense. Destacam-se, entre outras: a construção da Ponte Internacional da Amizade, unindo Brasil e Paraguai (1965); a integração do município de Foz do Iguaçu às áreas de segurança nacional do território brasileiro (1968), fazendo com que seus prefeitos passassem a ser nomeados pelo governo estadual, com anuência do presidente da República, salvaguardando interesses comuns aos três governos, representados

então por ditaduras militares; e a construção da ponte Tancredo Neves, ligando Brasil e Argentina (1985).

Interesses nacionais comuns foram salvaguardados e as comunicações entre os países, facilitadas pela implantação de infraestrutura viária. Essas infraestruturas impactaram diferentemente as cidades fronteiriças do Paraná. No entanto, enquanto em Foz do Iguaçu desencadeou-se um processo de elevado crescimento, Guaíra se viu depreciada pela presença do lago de Itaipu, cujas águas encobriram um dos principais pontos turísticos paranaenses: o Salto das Sete Quedas. O município enfrentou sucessivas perdas populacionais e econômicas, começando a se recuperar apenas após a construção da ponte Ayrton Senna, que liga o Paraná ao Mato Grosso do Sul e ao Paraguai. Se, no caso da aglomeração de Foz do Iguaçu, a usina hidrelétrica de Itaipu despontou como uma obra superlativa, no caso de Guaíra foi a ponte Ayrton Senna, uma das maiores pontes fluviais do Brasil, com aproximadamente 3,6 km de extensão, inaugurada em 1998, possibilitando então a ligação entre o norte e o sul do país, como um prolongamento da rodovia BR-163. Barracão e Santo Antônio do Sudoeste, contudo, situados em outro vetor de comunicação transfronteiriça, pouco se valeram dessas obras, mantendo um crescente movimento de fluxos, porém em volume incomparavelmente menor ao da aglomeração de Foz do Iguaçu.

Os efeitos mais evidentes foram os relacionados ao incremento populacional e à configuração do aglomerado: em 1970, o município de Foz do Iguaçu possuía uma população de 33.966 habitantes, saltando para 136.321 ao final de 1980, dando início à configuração de uma aglomeração urbana densa e extensa (figura 10). Sua população total quadruplicou, ao mesmo tempo em que sua taxa de urbanização passou de 59%, em 1970, para 74%, em 1980. Ciudad del Este, por sua vez, reproduziu crescimento similar. Dados da Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos (DGEEC), do Paraguai, apontam que, em 1972, a municipalidade tinha 26.485 habitantes, elevando-se para 62.328 em 1982 e chegando a uma população total de 260.594 habitantes em 2005. Embora partindo de uma base populacional bastante inferior às das duas cidades vizinhas, a municipalidade de Puerto Iguazú foi também impactada pelas obras de infraestrutura, mesmo a Argentina não fazendo parte do acordo binacional. Sua população triplicou após 1970, quando detinha 3.001 habitantes, chegando a 10.250 em 1980 e 31.515 em 2001, conforme dados do Instituto Nacional de Estadística y Censos (Indec), da Argentina.

A estimativa da população atual dessa aglomeração transfronteiriça sofre as dificuldades decorrentes da inexistência de bases de dados com compatibilidade metodológica e temporal na disponibilização de indicadores, bem como de bases cartográficas comuns. Mesmo assim, recorrendo aos institutos nacionais de pesquisa

dos três países e organizando a informação conforme a mancha contínua que se configura, tem-se que a aglomeração possui população aproximada de 1 milhão de habitantes, conforme a tabela 13.

FIGURA 10

Aglomeração transfronteiriça Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e Ciudad del Este (2010)



Fonte: Google Earth.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

TABELA 13

Foz do Iguaçu/Puerto Iguazú/Ciudad del Este: população estimada para a aglomeração transfronteiriça

Município	País	População	Ano
Foz do Iguaçu	Brasil	256.088	2010
Santa Terezinha de Itaipu		20.841	2010
Puerto Iguazú	Argentina	82.227	2010
Ciudad del Este	Paraguai	387.000	2010
Hernandarias		79.735	2008
Minga Guazú		60.719	2008
Presidente Franco		68.242	2008
Total		954.852	-

Fonte: IBGE; Indec; DGEEC.

Tal ordem de crescimento e a elevada população alcançada em período recente têm causado impactos relevantes sobre as administrações municipais, com diversificação e acréscimo das demandas sobre a gestão local. Além dessa crescente população fixa, um crescente volume de população flutuante tem acesso à região em busca de turismo, comércio e outras atividades. Essa condição de passagem provoca demandas particulares e distintas aos já fragilizados poderes locais.

Como acontece em regiões de fronteira, a mobilidade humana é traço característico tanto no que se refere aos movimentos cotidianos de trabalhadores e consumidores quanto na diversidade étnica, fazendo com que os próprios limites fronteiriços se tornem transparentes no feixe de relações. Os movimentos pendulares para trabalho e/ou estudo são frequentes nessas áreas. Nessa dinâmica, a heterogeneidade étnica e cultural, geralmente presente numa porção fronteiriça, assume uma amplitude ainda mais notável. Além de ponto de interseção entre três países culturalmente distintos, um intenso movimento migratório se processou, atraído pelas oportunidades econômicas, ampliando a diversidade de origens e a complexidade de relações, particularmente no âmbito identitário.

De fato, com exceção de Santo Antônio do Sudoeste/San Antonio e de Capanema/Andresito, essas aglomerações configuram manchas de ocupação em continuidade, com cursos d'água servindo como elemento separador e grandes pontes servindo como elementos unificadores nos casos de Foz do Iguaçu/Ciudad del Este/Puerto Iguazú e de Guaíra/Salto del Guairá (figura 11). No caso de Barracão/Dionísio Cerqueira/Bernardo de Irigoyen, apenas uma pequena ponte serve de passagem sobre um pequeno curso d'água em meio a uma mancha de ocupação que não distingue os limites entre estados e países (figura 12).

FIGURA 11

Guaíra/Mundo Novo/Salto del Guairá: aglomeração transfronteiriça (2009)



Fonte: Google Earth.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

FIGURA 12

Barracão/Dionísio Cerqueira/Bernardo de Irigoyen: aglomeração transfronteiriça (2010)



Fonte: Google Earth.

Elaboração dos autores.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução e cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Essas três aglomerações devem ser consideradas como os contatos transfronteiriços mais importantes do Paraná, demarcando a presença de escalas territoriais múltiplas, seja entre países, seja como regiões intermediadas pela presença de outras UFs. Resultam, pois, de projetos governamentais de ocupação e da implantação de grandes infraestruturas, ligadas principalmente ao transporte de pessoas e mercadorias, representando um marco na integração interna e externa dessas porções territoriais, com desdobramentos e repercussões em seus tecidos urbanos, políticos, econômicos e sociais.

4.2 Uma construção simbólica: das Três Fronteiras à Tríplice Fronteira

Por muitos anos, o símbolo dessa região transfronteiriça foi o marco das Três Fronteiras: obeliscos situados em pontos dos territórios de onde se podia avistar porções dos três países, assim como a confluência dos rios Paraná e Iguaçu. Ícone de um período de entrelaçamento de relações amistosas, esses marcos deixaram de ser objeto de visita obrigatória. A própria expressão que os denomina – Três Fronteiras – aos poucos foi sendo substituída por Tríplice Fronteira. Se, em princípio, essa mudança aparenta ser uma simples recorrência à sinonímia, ao se buscar suas

origens percebe-se que ela decorre de uma sutil, lenta e elaborada construção simbólica, provavelmente menos ligada à concepção dos moradores da região sobre ela mesma do que a uma construção exógena, introjetada no imaginário local.

Rabossi (2004) e Montenegro e Béliveau (2006) exploram essa construção do imaginário coletivo como uma ação deliberada recente, situada ao final dos anos 1990. Segundo os autores, essa denominação emergiu a partir da suspeita da presença de terroristas islâmicos na região, após os atentados à Embaixada de Israel em Buenos Aires em 1992, e à Associação de Mutuários Israelitas Argentinos (Amia), em 1994. Em março de 1996, a denominação foi incorporada oficialmente pelos governos dos respectivos países no acordo dos ministros do Interior da República Argentina e da República do Paraguai e do ministro da Justiça da República Federativa do Brasil, assinado em Buenos Aires. Dois anos depois, em janeiro de 1998, foi assinado o Plano de Segurança para a Tríplice Fronteira, que criou comissões e ações específicas para a área.

Montenegro e Béliveau (2006), a partir de investigação empírica, analisam a emergência de tensões e conflitos em torno da integração cultural, alguns dos quais articulados externamente à região, recebidos e contestados pelos atores locais. As autoras trabalham a justaposição “diversidade e conflito”, indagando sobre as representações da alteridade nacional, étnica e religiosa que resultam dos fluxos culturais e simbólicos, além dos comerciais ou econômicos. Chamam a atenção para o fato de que a aparente fluidez acaba por reforçar identidades fechadas – religiosas, nacionais, regionais. Essas identidades, em determinados momentos, assumem uma expressão de plasticidade, hibridez e compatibilidade; em outros, de recíproca desconfiança, da invenção do “perigo do estrangeiro”.

Para as autoras, a região se converteu em uma metáfora das zonas cinzentas e dos espaços sob a ameaça imprevisível do “terrorismo global”. Após 2001, a região tornou-se alvo de notícias na imprensa nacional e internacional, mediante um discurso que a relaciona a um espaço transnacional que escapa aos controles estatais, e com vínculos a eventos como os atentados ao *World Trade Center*, em Nova York. Essas notícias baseiam-se em circunstâncias locais, como a concentração de imigrantes árabes e o descontrole sobre os fluxos comerciais realizados na confluência dos países. As autoras apontam que, além da imprensa, a construção simbólica da tríplice fronteira teve subsídios do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

Abbott (2005), em publicação de origem militar, afirma que a área é ideal para o surgimento de grupos terroristas, dada a falta de fiscalização, que contribui para: o acesso ilegal a armas e tecnologias avançadas; a movimentação e esconderijo de criminosos; e a abundância de outras atividades ilícitas, como lavagem de dinheiro, tráfico de drogas, falsificação de dinheiro/documentos e pirataria. A publicação refere-se, ainda, ao apoio de “uma população compassiva de onde recrutam novos

membros e disseminam mensagens globais”, e admite que, “embora essa área não seja atualmente o centro de gravidade para a guerra total contra o terrorismo, ela tem um lugar importante na estratégia contra o mesmo” (*op. cit.*, p. 18).

A publicação aponta diretamente grupos terroristas islâmicos, supostamente articulados em redes, que estariam usando a região para criar bases para ataques aos Estados Unidos. “Por certo, membros, facilitadores e simpatizantes de organizações terroristas islâmicas estão presentes em nossa região”,¹³ afirma o almirante Jim Stavridis, chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, em artigo publicado na revista *Americas Quarterly* (*Advierten...*, 2007). O almirante afirma, ainda, que a organização libanesa Hizbolá é o grupo mais ramificado na América Latina, e que há evidências de uma presença operacional e de potencial para ataques. Essa presença, como uma força-tarefa multinacional, estaria estabelecida na Tríplice Fronteira. Tal convicção não é confirmada por autoridades brasileiras, prevalecendo um exercício de representações.

A questão do terrorismo segue em um nível similar à do narcotráfico. Em entrevista realizada por Gustavo Torres, em 2007 para a *Causa Popular*, o entrevistado, Horacio Galeano Perrone, analista político paraguaio, especialista em questões militares, afirmou:

para a política norte-americana é um dos problemas fundamentais da segurança da América Latina. Digo com absoluta segurança de conhecimento de que isto é assim, este é um tema delicadíssimo, eles estão absolutamente seguros de que o problema da Amia e a embaixada israelense em Buenos Aires está vinculado com o terrorismo, que ali existe narcotráfico, lavagem de dinheiro, tráfico de arma, e outros.¹⁴

Enquanto a presença terrorista é contestada por moradores da região, os demais atos ilícitos são frequentemente noticiados pela mídia e presenciados à luz do dia por esses mesmos moradores. Mais que sobre o espaço transfronteiriço como um todo, as observações a respeito dos ilícitos recaem intensamente sobre Ciudad del Este. A informalidade na circulação ilegal de cigarros, armas e componentes eletrônicos, além da falsificação de marcas acabam sendo uma condição de crescimento, cuja superação exige uma alternativa econômica e formas de controle ausentes na atual política econômica dos países. Segundo Perrone, “Ciudad del Este é um território ingovernável e por tanto, se alguém quere fazer algo ilegal, é o lugar mais propício

13. “Por cierto, miembros, facilitadores y simpatizantes de organizaciones terroristas islámicas están presentes en nuestra región”.

14. “Para la política norteamericana es uno de los problemas fundamentales de la seguridad de América Latina. Lo digo con absoluta seguridad de conocimiento de que esto es así, éste es un tema delicadísimo, ellos están absolutamente seguros de que el problema de la Amia y la embajada israelí en Buenos Aires está vinculado con el terrorismo, que allí hay narcotráfico, lavado de dinero, tráfico de arma, y demás”. Entrevista disponível em: <<http://nacionalypopular.com/2007/09/26/informe-especial-la-triple-frontera/>>.

para poder fazer qualquer coisa”.¹⁵ Afirma ainda que “Ciudad del Este não é Paraguai, e Paraguai não é Ciudad del Este, dado que finalmente é uma ameaça para o próprio Paraguai também. Não obstante, os Estados Unidos não necessitam trazer seus militares ao território”.¹⁶ E acrescenta: “tampouco se pode estigmatizar aos pobres árabes”.¹⁷

Para concluir, concorda-se com a afirmação de Montenegro e Béliveau:

construída como “região” a TF parece participar dos aspectos simbólicos que permeiam o conceito, aqueles que assinalara Pierre Bourdieu: aparece como uma unidade física e social delimitada pelo conjunto de agentes que aspiram ao monopólio de impor uma definição legítima das divisões do mundo social. (...) Como área de interseções, mais além das fronteiras, mostra justamente o que ao dizer de Bourdieu são em realidade as fronteiras, vestígios de atos de autoridade, que consistem em ações de circunscrever os territórios, em impor definições que realizam o sentido de consenso sobre a unidade ou identidade de um espaço (2006, p. 15-16).¹⁸

A soma desses processos reforça manifestações de um imaginário de medo e insegurança. Sob a alcunha de “zona de guerra do Cone Sul” (Carneiro, 2007), outorgada à tríplice fronteira, a visibilidade adquirida pela região confunde-se e sobrepõe-se ao cotidiano dos moradores locais. Contudo, por mais convincentes que se tornem os argumentos, um contradiscurso se articula na região, aglutinando mobilizações em defesa da diversidade cultural e da biodiversidade, assim como os referentes à responsabilidade social dos governos diante das desigualdades.

Organizações ecologistas, mídia ou agências de notícias alternativas, organizações sociais, lideranças religiosas e fóruns sociais regionais vêm configurando uma “constelação ideológica” que começa a questionar as definições da imprensa e dos organismos oficiais, e a definir a tríplice fronteira, mais propriamente, como objeto de cobiça de recursos naturais por parte de países estrangeiros (Montenegro e Béliveau, 2006).

Esse questionamento aflorou durante a realização do II Fórum Social da Tríplice Fronteira, em Ciudad del Este, quando mais de quarenta organizações sociais e sindicais de Brasil, Argentina e Paraguai manifestaram-se contra a militarização americana na área: “estamos construindo uma unidade de movimentos sociais para

15. “Ciudad del Este es un territorio ingobernable y por lo tanto, si uno quiere hacer algo ilegal, es el lugar más propicio para poder hacer cualquier cosa”.

16. “Ciudad del Este no es Paraguay, y Paraguay no es Ciudad del Este, dado que finalmente es una amenaza para el propio Paraguay también. Sin embargo, los EE.UU. no necesitan traer a sus militares al territorio”.

17. “Tampoco se puede estigmatizar a los pobres árabes”.

18. “Construída como ‘región’ la TF parece participar de los aspectos simbólicos que permean el concepto, aquellos que señalara Pierre Bourdieu: aparece como una unidad física y social delimitada por el conjunto de agentes que aspiran al monopolio de imponer una definición legítima de las divisiones del mundo social. (...) Como área de intersecciones, más allá de las fronteras, muestra justamente lo que al decir de Bourdieu son en realidad las fronteras, vestigios de actos de autoridad, que consisten en acciones de circunscribir los territorios, en imponer definiciones que realizan el sentido de consenso sobre la unidad o identidad de un espacio”.

denunciar os efeitos da militarização americana na região”, disse Orlando Castillo, membro do Serviço Paz e Justiça (Serpaj) do Paraguai (Organizações..., 2006). O fórum teve como lema *Pela vida, a soberania e a integração solidária dos povos, lutamos contra a militarização, a dívida externa, a Alca e os tratados de livre-comércio*. Um dos temas analisados foi a suposta tentativa de Washington de dominar os recursos naturais da região, principalmente o Aquífero Guarani. Dessa forma, no caso da porção transfronteiriça, a construção social da ideia de tríplice fronteira introduz novos elementos à discussão conceitual:

como espaço de fronteiras mostra um estado anterior de relações de forças, o produto histórico das determinações sociais, “fabricadas por autoridade” e, como outras classificações “naturais”, nada tem de natural. Daí que essas mesmas definições estão sempre sujeitas a ser contestadas no campo de luta as definições legítimas no que intervêm atores com interesses diversos (Montenegro e Béliveau, 2006, p. 16).¹⁹

5 PESQUISA DE CAMPO

5.1 Metodologia

As atividades de campo previstas no projeto se voltam a uma análise preliminar das dinâmicas das regiões de fronteira e à identificação de políticas públicas adequadas para esses espaços. Para tanto, com a finalidade de melhor qualificar as políticas existentes, os problemas e os desafios a serem enfrentados para se implementar estratégias de desenvolvimento para essas áreas, a equipe optou por contatar e entrevistar lideranças regionais com atuação precípua relativa ao Mercosul e fronteiras.

As entrevistas foram orientadas por um roteiro voltado a levantar os problemas e desafios das diversas áreas de atuação nas áreas de fronteira do país. Os entrevistados foram selecionados em razão de sua atuação junto ao Mercosul ou por seu trabalho no governo do Paraná, em universidades e em organizações não governamentais (ONGs). São eles:

- Dr. Rosinha, parlamentar, ex-presidente do Parlamento do Mercosul, ex-integrante da Comissão de Representantes do Brasil no Mercosul;
- Elizete Sant’Anna de Oliveira, graduada em serviço social, atuando no Centro de Atendimento aos Migrantes/Pastoral do Migrante, Sociedade dos Missionários de São Carlos;

19. “Como espacio de fronteras muestra un estado anterior de relaciones de fuerzas, el producto histórico de las determinaciones sociales, “fabricadas por autoridad” y, como otras clasificaciones ‘naturales’, nada tiene de natural. De allí que esas mismas definiciones estén siempre sujetas a ser contestadas en el campo de lucha de las definiciones legítimas en el que intervienen actores con intereses diversos”.

- Gislene dos Santos, doutora em geografia, docente no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), disciplina sobre fronteira no Programa de Pós-Graduação em Geografia;
- Gladys Renée de Souza Sánchez, presidente da Casa Latino-Americana (Casla);
- José Antônio Peres Gediél, doutor em ciências jurídicas, coordenador da Coordenadoria dos Direitos do Cidadão, da Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (Seju) do Paraná;
- Josemar Ganho, coordenador do Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Paraná (NFPR), vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Paraná;
- Maristela Ferrari, doutora em geografia, professora substituta da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); e
- Nadia Floriani, advogada, assessora da Comissão Parlamentar do Mercosul e Assuntos Internacionais na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

5.2 Síntese das posições dos agentes entrevistados

Foi percebida consonância na posição dos entrevistados quanto aos problemas ou desafios em sua atuação na temática Mercosul e regiões de fronteira. De modo geral, para os entrevistados, os grandes problemas residem nas situações a seguir.

- 1) Na centralização das decisões: “O coração de um país pulsa no poder central, mas quando o assunto é ‘integração’, o coração pulsa na fronteira”.
- 2) Em não se considerar a integração como necessidade da participação política dos povos latino-americanos nas tomadas de decisões em nível regional e nacional. É preciso integrar a soberania popular nas tomadas de decisões políticas e econômicas.
- 3) No fato de que as decisões políticas sobre a zona fronteira ou faixa de fronteira ainda são normalmente impostas “de cima para baixo”, não considerando as necessidades dos habitantes fronteiriços, bem como as especificidades da zona fronteira e de suas aglomerações urbanas transfronteiriças (cidades gêmeas, cidades pares).
- 4) No conflito de escalas, pois é fácil trabalhar articuladamente com a União. A grande dificuldade é trabalhar com os municípios.
- 5) Na falta de escalas que permitam visão mais compartilhada sobre as necessidades, oportunidades e desafios desse espaço territorial, articulando os diversos atores.
- 6) Na atomização de planos, projetos e ações federativas na faixa de fronteira.

- 7) Na assimetria entre os países, com diferentes características e interesses.
- 8) Na ausência de políticas públicas que considerem as especificidades dos grupos culturais distintos e as precárias condições de renda, deixando a população a mercê de agenciadores.
- 9) Na inexistência de políticas públicas em relação à cultura dos povos fronteiriços, com respeito à diversidade (cultural, social étnica etc.) e identidade em todas as suas formas específicas (diverso e idêntico se constroem em relação e interdependência).
- 10) Na ambígua função da fronteira, que, além de ser um espaço alfandegário, é também porta de entrada e saída de imigrantes, sendo para muitos um espaço transitório e para outros, um lugar “perigoso”.
- 11) No tráfico de drogas e de pessoas e no contrabando, problemas alardeados pelos meios de comunicação, mas que são causados por 1% daqueles que circulam pela fronteira. Os demais 99% sofrem suas consequências.
- 12) No medo e no temor de represálias, que provocam o silêncio (as situações sempre ocorrem pelas mãos de alguém).
- 13) Na presença de uma rede não oficial de agenciamento de trabalho, sem política pública que lhe dê suporte.
- 14) Na precarização do trabalho.
- 15) Na difícil tarefa de inserir o indocumentado e o apátrida (caso daquelas pessoas que nascem e têm negado o direito a registro no país migrante, como ocorre entre guaranis).
- 16) Na compreensão cultural do que é entendido por violação de direitos.

Diante desses problemas, o diálogo entre países, agentes e responsáveis por políticas e práticas de integração é inconsistente. Os motivos dessa inconsistência são que:

- esse é um desafio em estados federados, como o Brasil, onde as competências concentram-se na União;
- tal diálogo se faz mais com atores das escalas nacional/estadual/provincial, quase sempre sem a presença de atores da escala local;
- o diálogo com a sociedade civil é incipiente, havendo apenas contatos com associações de migrantes; porém, trata-se de um diálogo informal;
- existem disputas e dificuldades de indução de políticas adequadas;
- o diálogo ocorre de diferentes maneiras, em face das distintas culturas políticas entre os países e práticas de política exterior;

- é ausente a cultura política para relações internacionais, pois os parlamentares não valorizam a política exterior, até porque, na concepção geral dos parlamentares brasileiros, “isso não dá voto”; ademais, a imprensa critica os deputados “viajantes”;
- há sérias dificuldades de inovação nas relações entre os países fora das estruturas burocráticas estabelecidas; e
- a maioria dos parlamentares membros da Comissão do Mercosul não demonstra interesse pelo tema.

Também se ressaltou a falta de autonomia para esse diálogo e para a tomada de decisões. A maior parte das questões é de competência da esfera nacional; os problemas, todavia, recaem nos níveis de estado e município. Nas ações práticas, por vezes ocorre um processo de pactuação consensual com atores da sociedade civil e empresários, na intenção de uma agenda de integração compartilhada com Paraguai e Argentina. No geral, os líderes não conseguem fazer política externa, e é grande a dificuldade de diálogo com os próprios partidos. Também é grande a dificuldade de aprovação das resoluções junto ao Congresso Nacional, dados os diferentes “tempos” político-eleitorais dos países e suas diferentes disputas políticas.

Diante dessas observações, quais seriam os principais desafios que se apresentam?

O principal diz respeito à cidadania. Não existe ainda um “cidadão do Mercosul”, mas um cidadão da Argentina que quer vantagens para a Argentina, um cidadão do Brasil que quer as vantagens para o Brasil. Assim, com isso, vai sendo fomentada a desintegração e não a integração.

É imprescindível, também, redefinir conceitos: a fronteira tem de ser vista como área que tenha condições de gestão/intervenção conjunta dos Estados, não como área limite da soberania, pois isso limita a construção da cidadania para além da nacionalidade. Os conceitos jurídicos de nação e soberania não dão conta das relações fronteiriças. Portanto, há de se construir o conceito de cidadania ampliada a partir da situação fática das pessoas, de sua existência nos lugares.

Outro desafio premente é colocar a dignidade na discussão sobre o migrante transfronteiriço, o qual está em um contexto social com pouca representatividade e tem pouco poder.

É fundamental, ainda, implementar a identificação única de pessoas e veículos nas regiões transfronteiriças, pois há acordos aprovados, mas que demoram a ser ratificados e muitas vezes não são praticados. Outra questão é o diálogo entre todas as escalas envolvidas e com a participação de moradores fronteiriços.

É necessário estabelecer um diálogo mais estreito com os municípios e estados no que diz respeito às particularidades das cidades que recebem as influências da

fronteira, a partir da administração e políticas locais de saúde, educação, moradia, livre trânsito etc. O alargamento das instituições supranacionais – União de Nações Sul-Americanas (Unasul), Mercosul – e o aprofundamento da integração com os países limítrofes abre grande possibilidade para uma agenda compartilhada em prol da solução de problemas comuns na faixa de fronteira.

Também é necessário mudar a concepção dos políticos em relação à fronteira. Não se pode querer colocar a “culpa” sempre do outro lado. É preciso romper com o nacionalismo exacerbado, que leva em conta somente o aspecto econômico, promovendo-se, então, a integração das *sociedades* do bloco, com o aprofundamento das agendas social, cultural, tecnológica, acadêmica etc. Além disso, deve-se buscar integrar serviços, como saúde, educação, trabalho, mobilidade.

Na educação, particularmente, há o problema de reconhecimento de alguns certificados. Há, na esfera comercial, o problema da tarifa externa, a inexistência efetiva do mercado comum. É urgente fazer valer essas medidas, com a eliminação das barreiras comerciais e tarifárias, o que eliminaria grande parte dos conflitos.

Deve-se procurar fazer com que a estrutura do Estado compreenda os problemas apontados, assimile-os conceitualmente e em ações que devem ser transformadas em políticas públicas, com orçamento, estrutura, possibilidades de articulação etc. Efetivamente, há que se deslocar o eixo parlamentar para espaços de participação da sociedade civil, levando as discussões sempre ao presidente da Comissão.

Do ponto de vista acadêmico, há o desafio intelectual. É necessário entender que a fronteira é uma nova categoria teórica, nem limite, nem contato, nem interação. Existe, ainda, um desafio empírico, decorrente da ausência de dados dos dois lados e metodologias diferentes das de escala do Estado Nacional. Além disso, o campo é difícil de ser realizado, sendo delicado circular em dois lugares com fluxos e redes distintas e que exige cuidado.

Dando sequência à pesquisa, perguntou-se aos entrevistados, por fim, a quem pertence a fronteira. Cabe, então, transcrever a essência de algumas respostas.

Ao crime? Ao contrabando? É o que dizem, mas não dá para aceitar. O que é preciso é “borrar” a fronteira. Apagar a linha divisória sobre cursos dos rios ou vias urbanas e tornar o espaço único. Então, a fronteira pertencerá aos povos que ali vivem (Dr. Rosinha).

A considerar os aspectos jurídicos, a noção de fronteira nos leva a ultrapassá-la. É uma noção pouco hospitaleira, que reforça o papel dominante da nação. Devemos considerar proposições de Jacques Derrida e propor que nas fronteiras deveriam existir cidades acolhedoras, territórios livres, que considerassem sua condição de lugares de passagem... Da mesma forma, deveriam ser criados assentamentos solidários a refugiados, e não “campos” de refugiados (José Antônio Peres Gediel).

A quem faz uso dela. Ela precisa de uma política, não de vigilância, mas que capte e seja adequada às suas peculiaridades (Gislene Santos).

Existe uma dialética de fronteira. Fronteira é uma síntese de existência e inexistência, é o fim como também é o início, é o legal e o ilegal manifesto em um mesmo espaço. Dessa forma, a fronteira se apresenta como uma síntese. Existe e inexistente o pertencimento. O uso que se faz torna um elemento diferenciador desse espaço/território (Josemar Ganho).

A fronteira pertence aos povos, mas ali também estão presentes atores dos poderes decisórios das escalas nacionais, estaduais e provinciais que administram o limite, normalmente de acordo com interesses distantes da escala local, o que gera constantes conflitos entre atores das diversas escalas de poder (Maristela Ferrari).

Essa pergunta é bastante complexa. Mas, trabalhando no aspecto da migração, pensamos que muitas vezes os centros das decisões dos países estão muito distantes do cotidiano vivido pelos moradores dessas regiões (Elizete Sant Anna de Oliveira).

As regiões de fronteiras pertencem à América Latina, principalmente aos povos que ali residem (Nadia Floriani).

Aos povos da fronteira. São as sociedades heterogêneas como as de América Latina as que devem discutir os aspectos centrais de suas identidades, tendo em conta a interculturalidade (Gladys Renée de Souza Sánchez).

5.3 Relação dos temas fundamentais para o campo e dos contatos sugeridos

Inúmeras foram as sugestões de leituras e de contatos por parte dos entrevistados. Sobre o assunto, foi enfatizada a importância de se tomar conhecimento da legislação existente, a começar pelo Tratado de Assunção, assim como de toda a normativa que rege o Mercosul. Legislações mais particulares também foram sugeridas, como o Decreto nº 4.289/2012, sobre refugiados, os estatutos do Conselho Nacional dos Refugiados (Conare) e do Conselho Nacional dos Imigrantes (CNI), além das Normativas nºs 97 e 147 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a última ainda não ratificada pelo Brasil.

No âmbito de planos, programas e estudos, foi sugerido o acesso a diversos materiais produzidos pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, principalmente os resultados do Seminário sobre a Faixa de Fronteira. Foi citada também a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (Iirsa), com materiais publicados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: PONTOS INCONCLUSOS

Inúmeras são as questões remanescentes que envolvem a discussão sobre o espaço transfronteiriço, particularmente em sua principal síntese, que são as aglomerações

que ultrapassam as fronteiras geográficas, entre as quais permanecem latentes questões afetas ao desequilíbrio entre a legalidade e a ilegalidade nas práticas que se materializam nesses locais. Tal fato pode ser associado à distância física e ao relativo isolamento dessas porções dos territórios nacionais; ao resgate da imagem criada a partir de negatividades, como o tráfico, o contrabando, a impunidade e a clandestinidade; e às territorialidades particulares, compondo múltiplas fronteiras internas, dada a quantidade de atores, interesses, pactos formais e informais, levando a que, por se tratar de um espaço de todos, pareça não pertencer a ninguém.

São fronteiras de ordem econômica, social, antropológica, cultural, étnica e, principalmente, do desejo de usufruto das oportunidades que oscilam entre países. Fronteiras que demarcam territorialidades a serem identificadas, reconhecidas e compreendidas como agentes intervenientes na produção do espaço transfronteiriço e em suas relações com o exterior.

Ao fim e ao cabo, é necessário compreender a dinâmica dessas aglomerações peculiares – porém similares a tantas outras que se localizam entre tantos países – pela inserção de seus atores na divisão internacional do trabalho, por suas iniquidades socioespaciais, pela incessante mobilidade de pessoas e mercadorias e pela natureza de sua condição transfronteiriça, permeada pelos embates nas relações entre as populações dos diferentes países que se avizinham. É necessário assumir que essas espacialidades definem um contexto geopolítico de elevada importância, desenhando uma posição de centralidade geográfica na região e favorecendo sua função como ponto de interseção entre os três países.

Quanto à faixa de fronteira, um dos grandes problemas a ser enfrentado são as condições dos “brasiguaios”, o que remete às discussões da questão agrária – relativas tanto à reforma agrária quanto à situação em que se encontram pequenos proprietários e arrendatários – e da unificação de padrões de produção e comercialização de produtos, incluindo padrões sanitários, além de programas sociais, contemplando a efetivação de uma adequada política migratória, com a ampliação dos direitos de cidadania e de ir e vir.

Os movimentos migratórios na faixa de fronteira são intensos, envolvem um grande número de municípios e correspondem a uma busca preferencial pelos países limítrofes, o que sugere um exercício de interação entre os povos dessa região. Resta investigar o perfil desses migrantes e os motivos dos deslocamentos – o que os leva à saída do país e à escolha do destino. Essas informações evidenciarão a existência de atividades comuns entre os países (econômicas, funcionais, sociais), as redes sociais existentes e as principais rotas de mobilidade. Isso orientaria a formulação de políticas adequadas às peculiaridades da região transfronteiriça. Ressalta-se que qualquer informação sobre movimento migratório pode corresponder a um número subestimado, em face das omissões por parte de familiares temerosos diante de

situações de irregularidade – fato que também remete à necessidade de políticas públicas de acolhimento.

No caso da mobilidade pendular, além da importância dos fluxos na extensão da faixa de fronteira, particularmente nas aglomerações urbanas transfronteiriças – confirmando relações de interação no território –, a necessidade de medidas que se traduzem em políticas públicas e pesquisas comuns se torna nítida. Funções públicas de interesse comum têm de ser pensadas e realizadas conjuntamente e cooperativamente entre os países, como aquelas referentes à realização de atividades de trabalho e/ou estudo (medidas nos deslocamentos pendulares) ou para o exercício de atividades de outra ordem, como consumo e lazer. Exigem a definição de políticas de mobilidade, assistência ao trabalho, entre outras, que garantam o livre trânsito dessas pessoas. Outra necessidade é preencher a lacuna de informações compatíveis entre os países. No momento, é extrema a dificuldade de obtenção de informações nos órgãos de pesquisa e estatística dos países vizinhos; e, quando existentes, os dados muitas vezes são incomparáveis, por questões de ordem metodológica.

Algumas ações são imprescindíveis ao contexto de elevada mobilidade das fronteiras brasileiras, entre as quais pode-se destacar:

- reforçar a importância da fronteira na agenda governamental e acadêmica;
- conceber e implementar uma política adequada às especificidades da região transfronteiriça (migração, mobilidade, educação, cultura);
- ampliar a cidadania para além do conceito da nacionalidade;
- efetivar o acolhimento, a documentação e a inserção social;
- garantir dignidade ao migrante destituído;
- romper o silêncio, o medo, a vulnerabilidade e a “irregularidade”;
- assumir a diversidade e a multiculturalidade que caracterizam as regiões transfronteiriças;
- “borrar” a linha imaginária que dificulta o cotidiano dos que nela vivem;
- criar territórios livres, lugares de convivência (não de passagem) e assentamentos solidários; e
- considerar que há leis aprovadas e acordos assinados que são mais que adequados e suficientes. É necessário, apenas, que sejam cumpridos.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, P. K. A ameaça terrorista na área da tríplice fronteira: mito ou realidade? **Military Review**, [s.n.], p. 18-23, jan./fev. 2005. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/MRTF.pdf>>.
- ADVIERTEN amenaza terrorista desde AL. El maximo jefe militar norteamericano en la región dijo que hay redes islámicas **Excelsior**, Ciudad de México, 19 out. 2007. Global.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais. A imigração brasileira no Paraguai**. Fortaleza, Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, 2005.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: 2005.
- _____. Decreto nº 4.289, de 30 de maio de 2012. Institui o Comitê Estadual para refugiados, migrantes e apátrias do Paraná.
- CARNEIRO, C. M. Q. Violência e sociedade: segurança, controle e castigo. *In*: Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife. **Anais...** Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- COURLET, C. La frontière: coupure ou coufure? **Economie et Humanisme**, n. 301, p. 5-12, mai/juin, 1988.
- _____. Globalização e fronteira. **Ensaio FEE**, v. 17, n.1, p.11-22. 1996.
- COURLET, C.; LAGANIER, J. **L'Europe du sud au milieu du gué**. Grenoble: PUG. 1984.
- FERRARI, M. Zonas de fronteira, cidades gêmeas e interações transfronteiriças no contexto do Mercosul. *In*: CONGRESSO EDUCAÇÃO E CULTURA PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA, 2012, Curitiba, Paraná. Palestra... Curitiba: CEPAL, 2012.
- FOUCHER, M. Fronts et frontières : un tour du monde géopolitique. **Vingtième Siècle : revue d'histoire**, v.20, n.1, p. 138-139, 1988.
- FUENTES, C. **La frontera de cristal**. Ciudad de México: Alfaguara, 1995.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- IPARDES — INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Os vários Paranas: oeste paranaense, especificidades e diversidades**. Curitiba: IPARDES, 2008.

MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECKER, T. M. *et al.* (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Porto Alegre, 1998. p. 41-49.

MONTENEGRO, S.; BÉLIVEAU, V. G. **La Triple Frontera**: globalización y construcción social del espacio. Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2006.

OLIVEIRA, T. C. M. A lógica espacial do território fronteiriço: os casos das aglomerações de Ponta Porã, Pedro Juan Caballero, Ladário-Corumbá, Puerto Quijarro, Puerto Suarez. *In*: SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras**: características e interações territoriais. Campo Grande: Sebrae, 2010. p. 239-255. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/MS/Estudos%20e%20Pesquisas/MSSF%20Caracteristicas%20-%20BR,%20BO,%20PY.pdf>>.

ORGANIZAÇÕES rejeitam presença dos EUA na tríplice fronteira. **Folha de S. Paulo**. 22 jul. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u98225.shtml>>. Acesso em: 6 de nov. 2007.

POSSE, E. G. Marco conceptual de la integración fronteriza promovida: las iniciativas de integración fronteriza. *In*: BONETTI, E. *et al.* **Frontere, integración y después...**: el desarrollo regional integrado, un aspecto específico de la integración nacional. Montevideo: Logos, 1991.

RABOSSI, F. **Nas ruas de Ciudad del Este**: vidas e vendas num mercado de fronteira. 2004. Tese (Doutorado) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

RAFFESTIN, C. Eléments pour une théorie de la frontière. **Diogene**, v. 34, n. 134, p. 3-21, 1986.

_____. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. *In*: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

ROCHEFORT, N. M. D. Frontera: ¿Muro divisorio o tejido de relaciones? **Estudios Fronterizos**, v. 3, n. 5, p. 9-42, 2002.

SANTOS, M. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (Org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción: UNFPA; ADEPO, 2007. 382 p.

SOUZA, E. B. C. **Dinâmica socioespacial da região Oeste do Paraná**: um estudo preliminar dos reflexos na fronteira com o Paraguai e Argentina. Encontro de Geógrafos da América Latina, 12, 2009. Montevideu: EGAL, 2009.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

SPRANDEL, M. A. Brasileiros na fronteira com o Paraguai. **Estudos Avançados**, v. 20, n. 57, p. 137-156, maio/ago. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECKER, B. Tendências de transformação do território no Brasil: vetores e circuitos. **Revista Território**, v.1, n. 2, 1997.

BENTANCOR, G. T. Mercosur: Adecuación de la integración regional. *In*: LEHNEN, A. *et al.* (Org.). **Fronteiras do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS.

BOURDIEU, P. L'identité et la représentation: éléments pour une réflexion critique sur l'idée de région. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, v. 35, n. 1, p. 63-72, 1980.

CASTELLS, M. **Fim de Milênio**: a era da informação, economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra. 1999. v. 3.

CICCOLELLA, P. J. Redefinición de fronteras, territorios y mercados en el marco del capitalismo de bloques. *In*: CASTELLO, I. R. *et al.* (Org.). **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MACHADO, L. O. O comércio ilícito de drogas e a geografia da integração financeira: uma simbiose? *In*: CASTRO, I. *et al.* (Org.). **Brasil**: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1996. p.15-64.

OLIVEIRA, N.; KOCH, M. R.; BARCELLOS, T. M. A fronteira Oeste do RS na perspectiva da integração latino-americana. *In*: CASTILHOS, C. *et al.* **Impactos sociais e territoriais da reestruturação econômica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: FEE/Finep, 1999. p.147-172.

OLIVEIRA, T. C. M. Frontières em Amèrique Latine: réflexions méthodologiques. **Revue Espaces et Sociétés**, n. 138, p. 19-33, 2009.

OLIVEROS, L. A. **Integración y desarrollo fronterizo en la Comunidad Andina**. Presentación a la pasantía intensiva sobre integración andina para periodistas. Lima: 20/11 A 02/12, 2005.

PÈBAYLE, R. As regiões de fronteira e o projeto de integração do Mercosul. *In*: LEHNEN, A. *et. al.* (Org.). **Fronteiras do Mercosul**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

RIVAS, M. **El lápiz del carpintero**. Madrid: Alfaguara, 1998.

WONG-GONZÁLES, P. Cooperación y competencia internacional de regiones: hacia nuevas formas de gestión de desarrollo regional binacional. *In*: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem Limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: UFMS, 2005.

